

Marechal Lott:

ESTANGAR A SANGRIA

DA REMESSA DE LUCROS

ANO I — RIO, SEMANA DE 20 A 26 DE MARÇO DE 1959 — N.º 4

Coincidindo com a abertura do Parlamento — cuja atual sessão legislativa se caracterizará por uma luta particularmente aguda entre as tendências nacionalista e entreguista — o marechal Teixeira Lott, em entrevista a um vespertino carioca, manifestou-se acerca de alguns dos mais palpitantes problemas nacionais. Pela posição que ocupa no governo e por se tratar de uma personalidade cujo nome costuma figurar nos esquemas sucessórios, sendo inclusive considerado por determinados setores nacionalistas como candidato ao pleito de 1960, é natural que as declarações do atual ministro da Guerra venham a alcançar repercussão e, talvez mesmo, a influir de um ponto-de-vista imediato, na marcha dos acontecimentos.

O marechal Lott assinala, na entrevista, a coincidência de suas opiniões, em relação aos problemas brasileiros, com as da Frente Parlamentar Nacionalista e outras entidades patrióticas — fato que, segundo o próprio marechal Lott, explica estar sendo o seu nome focalizado como possível candidato à sucessão presidencial. Refere-se à F.P.N. em palavras bastante elogiosas, o que se torna mais significativo ao se recordar que ainda recentemente uma delegação de deputados nacionalistas manteve demorada palestra com o ministro da Guerra, apresentando-lhe, por fim, seis quesitos para seu ulterior pronunciamento. Na entrevista de agora, o marechal Lott como que antecipa esse pronunciamento, pelo menos em alguns de seus pontos básicos.

O ministro da Guerra apresenta soluções nacionalistas para problemas brasileiros — Petrobrás e indústria petroquímica — Necessárias medidas contra a carestia — Apoio à Frente Parlamentar Nacionalista

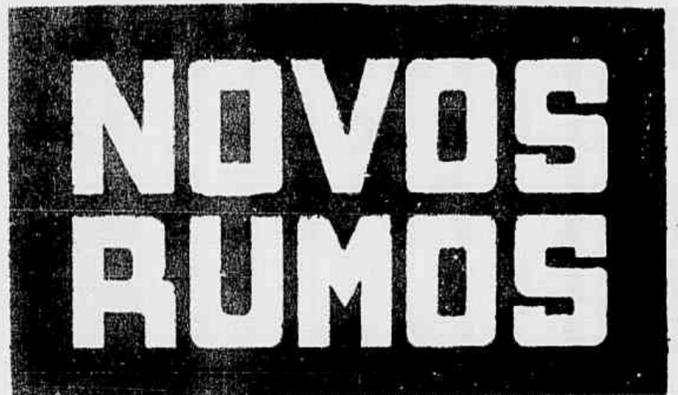
Três problemas fundamentais ocupam o centro das declarações do marechal Lott: a limitação da remessa de lucros pelas empresas estrangeiras, a defesa da Petrobrás e do monopólio estatal do petróleo e a necessidade de redução do custo de vida. No que se refere às duas primeiras questões, o marechal Lott manifestou uma firme posição nacionalista. Abordando de frente a

questão da remessa de lucros, afirmou que no Brasil os capitais alienígenas registram altos rendimentos em quase todos os setores de atividades, acrescentando que será uma medida de grande alcance para o nosso desenvolvimento a limitação da transferência dos lucros desses capitais. O ministro da Guerra afirmou mesmo que é possível ao Brasil restringir essas remessas que, como se sabe,

representam uma tremenda sangria no nosso balanço de pagamentos e em consequência, um dos mais graves fatores da carestia de vida. Embora furtando-se a opinar sobre detalhes técnicos, o marechal Lott manifestou-se de acordo com o projeto Sérgio Magalhães.

Quanto à questão do petróleo, o marechal Lott, além de reafirmar o seu conhecido ponto-de-vista nacionalista favorável à manutenção e ao reforçamento da Petrobrás, declarou-se também favorável ao estabelecimento do monopólio estatal da indústria petroquímica, considerando-a uma indústria altamente lucrativa, de grande importância para o desenvolvimento econômico do País e que precisa ser aproveitada em benefício da coletividade, através de empresa estatal.

Em relação ao problema do custo de vida, o chefe do Exército, que havia recentemente ex-



REDAÇÃO: AV. RIO BRANCO, 257 — SALA 1712

HORA DE MUDAR

As declarações feitas recentemente à imprensa pelo marechal Lott, quando situadas no quadro dos últimos acontecimentos políticos, representam uma clara advertência ao governo do sr. Kubitschek.

Mal se iniciam os embates da sucessão, acentuam-se os sinais de que o povo está descontente com a política atual do governo e exige mudanças. Estas exigências não partem apenas dos trabalhadores, cujas manifestações contra a carestia obrigaram o Presidente da República a prometer medidas imediatas para conter a alta de preços. Partem do conjunto das forças nacionalistas e, como se vê agora, de setores do próprio governo comprometidos com a defesa dos interesses nacionais.

Em contraste com a posição dúbia e vacilante do governo, o Ministro da Guerra falou claro. Pela primeira vez, um homem do governo Kubitschek advogou a limitação da transferência de lucros das empresas estrangeiras como solução para a sangria desatada de nossos recursos em divisas. Não teme o marechal Lott enfrentar as iras dos elementos que aplicam uma política de capitulação sistemática diante dos interesses monopolistas norte-americanos. Propôs uma medida que já o presidente Vargas tentara aplicar no início de seu governo, sendo obrigado, porém, a recuar diante da forte pressão dos círculos imperialistas dos Estados Unidos.

As declarações do Ministro da Guerra situam-no, visivelmente, no campo contrário ao do «staff» entreguista que vem orientando a política econômico-financeira do sr. Kubitschek. Enquanto o marechal propõe limitar o envio de lucros dos trustes, Lucas Lopes defende uma política de maiores favores aos interesses monopolistas. Enquanto Lott reafirma que a solução é a Petrobrás, o BNDE e agora o CNP e o Presidente da República resolvem desviar recursos para a exploração do petróleo boliviano por firmas privadas.

Não se pode deixar de assinalar a coincidência entre a posição do marechal Lott e a das forças nacionalistas e populares. O Ministro da Guerra expressou sua concordância com os pontos-de-vista defendidos pela Frente Parlamentar Nacionalista. Soluções idênticas, em linhas gerais, foram também propostas no memorial enviado ao governo pelos trabalhadores, estudantes e setores populares de São Paulo empenhados no movimento contra a carestia.

São, assim, as correntes mais representativas da opinião nacional e popular, agora com o apoio explícito do Ministro da Guerra, que apontam soluções patrióticas e efetivas para os problemas de nossa economia. E que faz o governo do sr. Kubitschek? Anuncia simples paliativos para remediar a carestia, medidas superficiais incapazes de descer à raiz das dificuldades.

O marechal Lott apontou ao presidente Kubitschek o que ele precisa fazer, se quiser contar com o apoio dos trabalhadores, das forças nacionalistas, de todo o povo. Chegou a hora de mudar.



Marechal Lott

AS DECLARAÇÕES DE JANGO

Outro pronunciamento de significação nos últimos dias — este ligado diretamente ao problema da sucessão presidencial — foi a entrevista do sr. João Goulart, no regresso de São Borja.

Havia uma natural expectativa acerca da pa-

lavra do presidente do PTB. De um lado, o seu isolamento nos pagos gaúchos já se prolongava demasiadamente. De outro lado, os trabalhadores e as forças políticas exigiam do P.T.B. uma definição em torno das eleições de 1960, (Conclui na 3a. página)

Carestia: 'Diálogo De Surdos' Entre o Povo e o Governo?

O problema da carestia está dando margem para uma espécie de "diálogo de surdos", entre os trabalhadores e os círculos nacionalistas do país, de um lado, e do outro o governo do Sr. Kubitschek.

Os trabalhadores, representados nos líderes sindicais paulistas, mostraram, ao sr. Kubitschek que os recebeu no Catele, onde estão as causas básicas da elevação acelerada do custo de vida.

As contradições entre os diversos pronunciamentos do sr. Lucas Lopes, a propósito da política cambial, torna indistigível a precariedade do "Plano" anunciado pelo governo. Na "exposição de motivos" para a Portaria n.º 175, do SUMOC, e em outras ocasiões, o Ministro da Fazenda lançou má-inclusive de cálculos e cifras para "provar" que o aumento de custo de câmbio para as importações essenciais, que ele decretava então, uma vez mais, não tinham senão uma repercussão mínima nos preços dos gêneros de primeira necessidade. Isso não o impediu contudo, de afirmar, em sua entrevista publicada, com grande estardalhaço no "Correio da Manhã", domingo, último, que: "No setor do câmbio de custo, que é o que mais influi no custo de vida, e tamos seguros de que não haverá alteração. As classes produtoras

já sentiram a importância desta afirmação e por isto já estão tranquilos". Onde está mentindo o Ministro da Fazenda?

É por isto que a promessa do sr. Kubitschek, de que será mantido o nível atual do câmbio de custo, foi recebida com reservas pela opinião do País. Esta constitui sem dúvida a única medida de certo alcance anunciada no "Plano de Abastecimento". Mas, ao mesmo tempo em que a anunciava, o sr. Kubitschek afirmava que "será mantida a atual política cambial". Se esta política é declaradamente a que leva à reforma total do sistema cambial, e, consequentemente, a outras e sucessivas elevações do custo de vida, surge logo a pergunta deixada sem resposta pelo Presidente da República: "até quando" o governo se dispõe a PARAR na "Instrução 175"?

Medidas positivas Há outras medidas interessantes, embora superficiais, no "Plano" do governo. A construção de silos e armazéns, a contenção das tarifas de serviços públicos — ainda que anunciadas de maneira a per-

mitir concessões à Light e outros concessionários particulares — o estímulo da produção pelo crédito bancário, são medidas que poderão contribuir para atenuar as dificuldades, mas que, pela forma em que foram anunciadas, dificilmente resultarão nos efeitos que se poderiam esperar delas, por limitados que sejam.

Ao mesmo tempo em que contém essas medidas o "Plano" do Sr. Kubitschek representa um grave recuo do governo, em relação ao papel que ele deve desempenhar no controle e no disciplinamento do mercado de gêneros. A euforia do comércio atacadista que, ao lado da "grande imprensa" entreguista, lançou-se em louvores ao discurso presidencial, confirmou as informações correntes de que o governo prepara, ou já faz importantes concessões aos grandes comerciantes, sobretudo no setor tributário, além de omitir-se totalmente da fiscalização e combate as atividades especulativas desses campeões da "livre iniciativa".

REFORMA AGRÁRIA E COMÉRCIO COM A URSS O sr. Kubitschek tampouco

abandonou, em seu "Plano", a questão básica da reforma agrária, na solução do problema do abastecimento. O fato é, aliás, outra confirmação do caráter improvisado de sua fala.

Em sua última "mensagem" ao Congresso o Presidente prometeu levar avante uma reforma na estrutura da propriedade agrária, pelo menos nas áreas próximas às grandes cidades. Não se compreende facilmente como, numa hora considerada de emergência, em que a questão deveria ser focalizada em prioridade o Presidente se tenha esquecido de sua mensagem.

O sr. Kubitschek anunciou uma diminuição nos ágio, para a compra de divisas, mas fez caso omisso da única solução que permitiria a execução dessa medida, porque a única que elevaria a receita cambial, sem ônus para o País: a expansão do comércio exterior brasileiro, integrando em sua área os vastos mercados representados pela União Soviética e a China. Disse ele também que reduzirá o "deficit" orçamentário do governo, mas não indicou como o fará.

TRIUNFA A REVOLUÇÃO NO IRAQUE

O Oriente Médio está novamente na ordem do dia. É mais uma vez o Iraque que centraliza as atenções do mundo como foco de acontecimentos que afetam todo o Oriente árabe.

A rebelião do dia 8 de março, no norte do país, na zona petrolífera de Mossul, foi rapidamente esmagada. Seu chefe ostensivo, o coronel Abdel Chauaf, foi morto por um sargento quando, fracassada a tentativa, tentava fugir em avião. O povo indignado arrastou seu corpo pelas ruas de Mossul. Foi em seguida trasladado para a capital do Iraque, Bagdá, e exposto numa força — num exemplo aos traidores da Pátria.

KASSEM VENCE NASSER

Resistências internas às medidas do Governo revolucionário preparam terreno para a rebelião — O Iraque procurou relações amistosas com a RAU — O caminho do Iraque — Alguns fatos coincidentes

O Primeiro-Ministro iraquiano, coronel Kassem, passou em triunfo pelas ruas de Bagdá, à meia-noite do dia seguinte ao fracasso da sublevação. O povo o aclamava entusiasmado e pedia a punição rigorosa dos cúmplices do «putch».

Sessenta oficiais implicados na revolta contra o governo republicano dirigida por Karim Kassem foram passados pelas armas, sumariamente.

A revolução continua. O povo do Iraque reclama a

consolidação de suas conquistas de 14 de julho de 1958, quando pôs por terra o regime corrupto do rei Faisal e de sua reminência parca, Nuri es-Said, o intrigante internacional a serviço dos imperialistas.

ANTECEDENTES IMEDIATOS

A sublevação dirigida pelo coronel Chauaf não foi inesperada. Prenunciava-se há meses.

Anteriormente, ante as medidas revolucionárias pos-

tas em prática pelo governo de Kassem, surgiram os primeiros descontentamentos graves. Pouco depois da revolução de 14 de julho, uma lei agrária tentou limitar o poder econômico das grandes latifundiárias. E para se avaliar até que ponto eram medievais as relações de produção na agricultura, basta assinalar que essa lei determinava que o arrendamento da terra não podia ultrapassar de metade da colheita. Outra lei, mais avançada, de 30 de setembro de 1958, decretava a reforma agrária, pela qual o proprietário não pode ter mais de 250 hectares de terras irrigadas ou 500 de terras não beneficiadas pela irrigação.

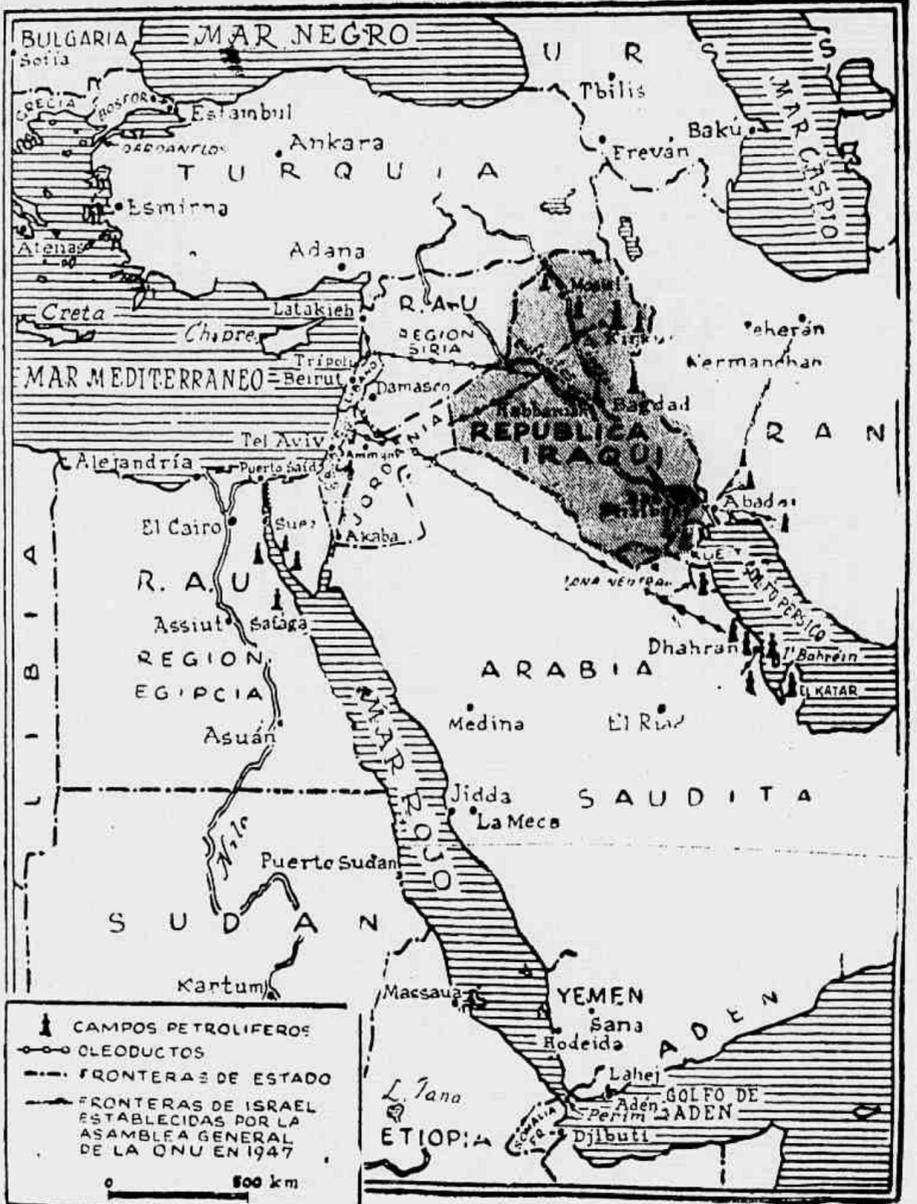
Logo depois da revolução, foram entabuladas negociações com o governo da União Soviética para fomentar a industrialização do Iraque, fornecer-lhe os recursos técnicos necessários e, inclusive, formar quadros técnicos. Com este objetivo realizaram-se conversações com a URSS já em outubro do ano

A reforma agrária decretada pelo governo de Kassem prevê que num prazo de 20 anos serão indenizadas as terras desapropriadas. Estas são vendidas aos camponeses pobres e trabalhadores agrícolas, também pelo prazo de 20 anos, correspondendo a cada família de 7 e meio a 15 hectares de terras irrigadas e 15 a 30 de terras não irrigadas. A redistribuição das terras deve estar terminada dentro de cinco anos.

Embora desta forma o problema agrário não seja inteiramente resolvido (o campesinato iraquiano vivia na mais negra miséria, constituindo 80% da população do país), de qualquer forma fica seriamente abalado o poder econômico das antigas classes dominantes — sobretudo os latifundistas semifeudais.

O CAMINHO DA INDUSTRIALIZAÇÃO

Ao mesmo tempo que se cavava a base do poder econômico dos latifundiários, o governo de Kassem empenhava esforços para industrializar o Iraque. Considerando embora a iniciativa privada a base do desenvolvimento econômico do país, propõe-se a realizar grandes investimentos estatais para a industrialização. A principal fonte de receitas é o petróleo, de que são extraídas por ano 35 milhões de toneladas, rendendo uns 200 milhões de dólares. Kassem tratou de importar máquinas, equipamentos e mesmo fábricas inteiras para dar um novo rumo à construção econômica do país, retirá-lo do subdesenvolvimento, do atraso e da miséria e projetá-lo



no mundo como um país industrializado. Para isto o Iraque dispõe de todos os recursos indispensáveis. São grandes suas riquezas em matérias-primas, além de ser um dos maiores produtores de petróleo do mundo.

Semelhantes transformações de caráter econômico num país antes dominado pelos imperialistas, apoiadas internamente nos grandes latifundiários e em setores da burguesia, não poderiam deixar de provocar sérias resistências internas. Assim aconteceu.

RESISTÊNCIAS INTERNAS



As medidas de caráter econômico tomadas por Kassem coincidiram com medidas destinadas a democratizar a vida do país. Foi dada liberdade aos partidos políticos que se encontravam na clandestinidade: o Comunista, o Baath (Resurgimento), o Istiqlal (Independência), os dois últimos organizações tradicionais da democracia burguesa, que passaram a apoiar o governo de Karim Kassem. Mas alguns dirigentes desses dois partidos burgueses, tergiversando sobre a unidade árabe, começaram a hostilizar os comunistas. Surgiu outra poderosa organização política: a União Democrática, propondo-se a defender a jovem República de 14 de julho. Em meados de fevereiro deste ano, deflagrou uma crise no seio do governo de Kassem. Demitiram-se seis ministros, discordantes com a sua política. Retiraram-se assim do governo os partidos Baath e Istiqlal.

Reforçou-se no governo a representação do Partido Nacional Democrático (esquerdista). As divergências surgidas entre os partidos burgueses e Kassem se devem tanto às medidas de política econômica (reforma agrária, industrialização), como às de política externa. Os elementos mais reacionários objetivam à aproximação com a União Soviética e a República Popular da China, países com os quais o Iraque estabeleceu amistosas relações logo depois da vitória de 14 de julho. É que a força dos monopólios petrolíferos estrangeiros no Iraque ainda é enorme. Sessenta por cento

das exportações do Iraque (sem contar o petróleo) ainda se destinam ao Ocidente. As grandes companhias de petróleo mantêm todas as suas posições no Iraque, que, portanto, continua delas dependendo em grande parte.

RELACIONES COM A RAU

A reação, em todo o mundo, vem explorando o aguçamento das relações entre o Iraque e a República Árabe Unida (RAU), depois do malogrado «putch» de Mossul. Evidentemente, Nasser tem seus pecados neste assunto. Acusado pelos iraquianos, reagiu com enfurecimento, fazendo coro com a reação mundial de que o governo do Iraque seria um

governo de comunistas que obedeceriam ordens do estrangeiro.

Talvez sem sabê-lo, Nasser está fazendo o jogo dos imperialistas, pois a vitória da sublevação de Abdel Chauaf significaria com toda a certeza a restauração da situação anterior a 14 de julho. O Iraque voltaria a perder sua independência, retornaria ao Pacto de Bagdá (que não abandonou oficialmente, mas do qual se afastou de fato), seria reincluído na «federação» frustrada com a Jordânia e o Líbano. No entanto, a posição da República iraquiana em relação à RAU, desde o começo, foi amistosa. Um dos primeiros atos de Kassem foi o

CRÔNICA INTERNACIONAL

★★★★★★★★★★★★

«O CAMINHO QUE RESTA É O DA NEGOCIAÇÃO»

Cedendo à pressão da opinião pública mundial e dos próprios Estados Unidos, o presidente Eisenhower, em discurso especial através do rádio e da televisão, concordou em participar de uma conferência de chefes de Estado. É verdade que Eisenhower procura de maneira não convincente, responsabilizar a União Soviética pela tensão mundial e pela falta de solução dos problemas internacionais pendentes. Mas o fato positivo merece ser assinalado: Eisenhower modifica a posição intransigente do governo dos Estados Unidos em face de uma conferência de cúpula. Diz textualmente: «O caminho que resta é o da negociação».

É um grande progresso, quando se recorda que os meios oficiais americanos se atribuíam como uma «vitória» o terem impedido, no ano passado, a realização da reunião de chefes de Estado das grandes potências. Leia-se, por exemplo, a revista «Time» de 5 de janeiro deste ano. Num balanço do «sucesso» da política exterior norte-americana em 1958, aquela publicação registra, com evidente euforia, que os Estados Unidos «contiveram com êxito a campanha de envolvimento durante todo o ano por Nikita Kruschov... para uma conferência de cúpula».

Dentro desta lógica, poderia parecer que agora os Estados Unidos sofreriam uma derrota. Não se trata de derrota. Apenas há uma tentativa de volta ao bom senso, quase sempre ausente do Departamento de Estado e da própria Casa Branca.

Ao mesmo tempo, porém, as palavras de Eisenhower contêm alusões à União Soviética que não são de molde a criar o «clima de confiança» que tanto gostam de reclamar os Estados Unidos. Afirma Eisenhower que os soviéticos considerariam os tratados internacionais como «pedaços de papel». Esta calúnia foi mais de uma vez repetida, e agora com a responsabilidade do chefe de um grande Estado. Antes fora posta em circulação por Dulles como sendo uma «fórmula leninista». Quando a verdade é que Lênin se referia a um velho provérbio inglês: «The promises like promises are heaven to the broker» — ou que as promessas são feitas para não serem cumpridas. Jamais, em qualquer de suas obras, Lênin afirmou que para os comunistas os compromissos não existissem, como pretende Dulles e Eisenhower repetir. A verdade não corresponde aos fatos, à realidade da política exterior soviética em mais de 40 anos. O próprio Churchill, adversário declarado do regime soviético, afirmou na Câmara dos Comuns a 27 de fevereiro de 1945: «Não conheço outro governo que cumpra suas obrigações, inclusive com prejuízos para si, mais exatamente do que o governo russo».

Para haver o «clima de confiança» exigido pelos governantes americanos, é indispensável pôr de lado o espírito da guerra fria e da política de «posições de força», em que ainda se aninha todo o discurso de Eisenhower. Que esse estado de espírito não obscureça a conclusão mais sensata a que chegou o estadista americano: «o caminho que resta é o da negociação» — não somente desejada como exigida por todos os povos do mundo.

Alguns Fatos Coincidentes

- 1 — A rebelião de Chauaf deflagrou em Mossul a 8 de março. No dia 5 os Estados Unidos tinham assinado um pacto militar com os vizinhos próximos do Iraque: Irã, Turquia e Paquistão.
- 2 — A rebelião estava de tal forma coordenada com o estrangeiro que imediatamente começou a funcionar fora das fronteiras do Iraque uma poderosa radioemissora, que atinge todo o Oriente Médio, transmitindo informações favoráveis aos rebeldes. Denominava-se «Rádio de Mossul». Sumiu do éter logo que o movimento foi dominado.
- 3 — Encontrava-se em visita à União Soviética uma delegação econômica do governo do Iraque, chefiada pelo Ministro da Economia, Ibrahim Cubba. Essa delegação assinou em Moscou acordos comerciais que devem contribuir para fortalecer a independência econômica do Iraque, fator importante para sua independência política.

NOVOS RUMOS

Diretor — Mário Alves
 Redator-chefe — Orlando Bonfim Jr.
 Secretário — Fragman Carlos Borges
 REDATORES — Almir Matos, Rui Faço, Paulo Mota Lima, Maria da Graça, Luis Ghilardini.
 MATRIZ — edição: Av. Rio Branco, 257, 17º andar, S 1712 — Telefone: 43-7344 — circulação: Av. Rio Branco, 257, 9º andar, S 905 — Endereço telegráfico — NOVOS RUMOS
 ASSINATURAS — Anual — Cr\$ 250,00 — Semestral — Cr\$ 120,00 — Trimestral — Cr\$ 70,00
 Acreta ou sob registro, despesas a parte
 Número avulso — Cr\$ 5,00
 Número atrasado — Cr\$ 8,00

3 Anos De FRENTE PARLAMENTAR NACIONALISTA

É indiscutível que uma sensível transformação vem se verificando nos últimos anos na fisionomia do Parlamento. Antes eram os torneios de retórica que predominavam. Discursos longos e finalmente burilados, mas balofos, sem substância. Os que vêm dessa época ouvem ainda extasiados os arroubos oratórios de um Otávio Mangabeira ou as sutilezas jurídicas de um Afonso Arinos. Mas já não é isto que caracteriza o Parlamento, sobretudo a Câmara dos Deputados. Agora, passam para o primeiro plano problemas concretos do país — de sua economia, da construção de sua indústria, do atraso de sua agricultura e, ca-

da vez mais intensamente, os problemas da luta do povo brasileiro pela sua emancipação do domínio imperialista. São grandes as limitações do Parlamento. A mais grave é a sua mutilação: à parte mais esclarecida dos trabalhadores e do povo, que acompanha os comunistas, é negado o direito de eleger os seus verdadeiros representantes. Apesar disso, entretanto, ressoam no Parlamento os anseios e as lutas dos brasileiros que amam o progresso e a liberdade. Nos últimos anos, muitas dessas transformações se devem à existência e à atividade da Frente Parlamentar Nacionalista.

SANGUE NOVO NO PARLAMENTO

21 de março de 1955: os deputados nacionalistas começam a atuar de modo organizado e à luz de um programa — O que pretende a Frente: atuação mais dinâmica, articulação com os Estados e Municípios e contactos com outras entidades — Um roteiro nacionalista para a sucessão presidencial



EX-DEPUTADO ABGUAR BASTOS, SECRETÁRIO DA FRENTE PARLAMENTAR NACIONALISTA

de contribuir para uma clara polarização das forças políticas e das candidaturas, pressionando internamente os partidos e levando aos candidatos, para que se definam, um roteiro nacionalista. É o roteiro (seis pontos) que foi apresentado a Lott, cujas respostas deixaram bem impressionados os parlamentares da Frente. São os seguintes os itens desse questionário:

- 1) Política do petróleo baseada no monopólio estatal;
- 2) Política exterior que se ajuste aos objetivos nacionalistas do desenvolvimento;
- 3) Política de crédito e de capitais estrangeiros, subordinada ao interesse nacional;
- 4) Política de integração de áreas subdesenvolvidas no processo do desenvolvimento brasileiro;
- 5) Política de abastecimento racional e de emergência para atenuar o custo de vida;
- 6) Política de educação para o desenvolvimento nacional.

DOIS DEDOS DE HISTÓRIA

A Frente existe há três anos, embora o manifesto de sua criação só tenha sido dado à publicidade em 1956. Esse manifesto, entretanto, é de 21 de março de 1955 e foi assinado por 60 deputados. A primeira assinatura é a do sr. Abguar Bastos. O documento não foi publicado nesse ano porque os aderentes da FPN consideraram inoportuno o momento, julgando que a iniciativa podia dar um pretexto aos golpistas, frenéticos pelo poder. A Frente trabalhava então na surdina. E a esse seu trabalho se deve, em grande parte, um fato cujas origens muita gente ignorava: o debate, por numerosos deputados nacionalistas, de problemas econômicos fundamentais do país, coisa que antes só raramente acontecia.

O manifesto de 1956 foi assinado por 66 parlamentares, de todos os partidos. Contém o programa da Frente, formulado em 11 pontos. O documento termina com um apelo às entidades de classe, órgãos técnicos oficiais e particulares, Assembléias Legislativas, Câmaras Municipais e o povo em geral no sentido de apoio à FPN "na luta para realizar hoje as esperanças de ontem dos forjadores da nacionalidade e dos fundadores da República".

Imediatamente, a imprensa entreguista pas-

sou a hostilizar a Frente e os seus integrantes. Houve jornais que previram para a FPN uma existência de 30 dias, não sabendo que ela já atuava há um ano. O "Correio da Manhã" chegou a afirmar que a Frente era uma manobra de Lott. As provocações, porém, não surtiram efeito. Ao contrário: novos parlamentares aderiram à FPN e se intensificava a sua atuação.

Em 1957, por iniciativa da Frente, foi organizado na Câmara o "Grupo de Ação Política Pró-Desenvolvimento Econômico-Social". Tinha-se em vista agrupar nessa entidade deputados que ofereciam restrições a alguns pontos do manifesto da FPN, mas que se dispunham a apoiar certas iniciativas de conteúdo nacionalista adotadas pelo governo. O grupo se constituiu numa base inicial de 120 membros. O GAP, entretanto, não chegou a funcionar plenamente. Logo verificou-se ser um corpo híbrido: ou absorveria a Frente ou seria por ela absorvido. Confirmou-se a segunda hipótese e a FPN passou a contar com a adesão de 120 parlamentares. E foi com este efetivo que a Frente viu encerrar-se a sessão legislativa de 1958.

A Frente reúne-se periodicamente. O seu presidente é o sr. Bento Gonçalves e secretário o sr. Abguar Bastos.



Aspecto parcial do plenário da Câmara dos Deputados, por ocasião de sua instalação do domingo último

ções estudantis e sindicais e militares nacionalistas para discussão e esclarecimento de problemas nacionais.

Apesar das limitações de que se ressentia, a Frente Parlamentar Nacionalista vem cumprindo um relevante papel na luta geral do povo brasileiro contra o imperialismo e pela emancipação nacional.

rem a comprar combustível diretamente à Petrobrás e não mais aos trustes estrangeiros, como até agora acontece. A questão do petróleo da Bolívia será outra questão para figurar no centro das atividades da FPN. Embora não exista unanimidade entre os seus membros acerca da posição a tomar, todos estão de acordo em que o Tratado de Roboré, concluído pelo sr. Macedo Soares, é altamente lesivo aos interesses nacionais.

A Frente tem, enfim, um vasto programa de trabalho. E os deputados nacionalistas estão dispostos a cumpri-lo.

rem a comprar combustível diretamente à Petrobrás e não mais aos trustes estrangeiros, como até agora acontece. A questão do petróleo da Bolívia será outra questão para figurar no centro das atividades da FPN. Embora não exista unanimidade entre os seus membros acerca da posição a tomar, todos estão de acordo em que o Tratado de Roboré, concluído pelo sr. Macedo Soares, é altamente lesivo aos interesses nacionais.

A Frente tem, enfim, um vasto programa de trabalho. E os deputados nacionalistas estão dispostos a cumpri-lo.

NOVA FASE, NOVAS LUTAS

São muito boas as perspectivas da Frente na legislatura que se inicia. Tudo indica que aumentará, talvez em 20 por cento, o número de seus integrantes. Entre os novos deputados nacionalistas destacam-se nomes como Barbosa Lima Sobrinho, Domingos Velasco, Coutinho Cavalcanti, Lício Hauer, Romano Lassacco, Fernando Santana, Jacob Frantz e muitos outros. Uma coisa é certa: a Frente ganhará muito em combatividade no novo Parlamento.

lutará igualmente pela racionalização da distribuição dos produtos de petróleo. Aliás, este foi um dos pontos discutidos no recente encontro dos parlamentares com o marechal Lott. O Ministro da Guerra afirmou, então, que estava tomando providências no sentido de as forças armadas passa-

SUCESSÃO: UM ROTEIRO NACIONALISTA

Que posição tomará a Frente Parlamentar Nacionalista em face do problema da sucessão presidencial? Diversos deputados membros da FPN têm opinado a respeito,

inclusive indicando os candidatos de sua preferência. De modo geral, as opiniões convergem para o nome do marechal Lott. Variam, segundo a filiação partidária de um

A FRENTE EM AÇÃO

A influência da Frente Parlamentar Nacionalista se faz sentir de dois modos. Trazendo ao debate problemas relacionados com a luta pela emancipação nacional e o progresso do país, contribui para esclarecer a opinião pública e reforçar o movimento nacionalista. Esta é a influência, digamos, difusa, da Frente Parlamentar. Mas a FPN desenvolve uma ação concreta, tomando iniciativas que têm resultado em importantes êxitos das forças patrióticas. A Frente tem dinamizado o Parlamento brasileiro, levando-o algumas vezes, com o apoio popular, a impedir que se consumem novos atentados dos trustes aos interesses nacionais.

Sob sua inspiração surgiram as Comissões de Inquérito da Câmara, algumas das quais prestaram relevantes serviços ao país. É o caso da comissão que estudou a política sobre os minérios atômicos, denunciando a trama imperialista e terminando por levar o entreguista Juarez Távora à reforma. Ou o da comissão que investigou a influ-

ência financeira das companhias estrangeiras de petróleo (Esso e Shell) sobre os órgãos de publicidade, desmascarando a venalidade dos jornais entreguistas. Outros exemplos: comissão para apurar os motivos de desnacionalização das companhias de seguro no Brasil e comissões para investigar fatos ligados à administração da Petrobrás. A Comissão de Inquérito sobre a American Can, concluiu por denunciar o caráter antinacional da Instrução 113 da SUMOC, teve um papel saliente na decisão de impedir a implantação do truste ianque das latarias em nosso país.

Graças à ação da FPN foi aprovada a emenda Sérgio Magalhães proibindo a remessa de lucros do capital estrangeiro pela câmbio oficial, assim como foi impedida a tramitação de vários projetos entreguistas.

Aspecto de relevo na atuação da Frente são as reuniões por ela promovidas — inclusive as que agora se fazem acerca da carestia de vida — e os contactos com organiza-

ções estudantis e sindicais e militares nacionalistas para discussão e esclarecimento de problemas nacionais.

Apesar das limitações de que se ressentia, a Frente Parlamentar Nacionalista vem cumprindo um relevante papel na luta geral do povo brasileiro contra o imperialismo e pela emancipação nacional.

lutará igualmente pela racionalização da distribuição dos produtos de petróleo. Aliás, este foi um dos pontos discutidos no recente encontro dos parlamentares com o marechal Lott. O Ministro da Guerra afirmou, então, que estava tomando providências no sentido de as forças armadas passa-

NEGOCIATA VEM A FURO NA COFAP: CR\$ 800 MIL

— «Há poucos dias, o secretário da Agricultura do Distrito Federal afirmava, alto e bom som, na presença de várias pessoas, que dentro do seu Gabinete eram realizadas grossas negociações com a COFAP por intermédio do seu auxiliar, dr. Mauricio Correia Leite» — esta estereotipada denúncia foi feita pelo sr. Léllo de Carvalho, conselheiro da COFAP, numa das últimas reuniões desse órgão.

O denunciante exigiu, com o apoio de outros conselheiros, que o coronel Frederico Mindelo constituísse uma comissão de três membros do plenário para apurar os fatos e apontar à Justiça os criminosos. Segundo conseguimos apurar, a negociata — ou a mais recente delas — a que se refere o Secretário da Agricultura envolvia uma compra fraudulenta de arroz, atingindo a quantia de 800 mil cruzeiros, dividida entre maiores da Prefeitura e da COFAP. O sr. Mauricio Correia Leite, ad-

junto do Secretário da Agricultura, atuara como intermediário.

Ao ouvir a denúncia o coronel Mindelo, visivelmente perturbado, tudo fez para evitar a discussão do caso. — «Temos uma longa Ordem do Dia, não há tempo para tratar do assunto», arrematou o coronel. O sr. Léllo, entretanto, insistiu, obrigando o presidente da COFAP, muito contriteito, a admitir a abertura de inquérito.

Entretanto, várias semanas se passaram. Até agora, nada de inquérito. O assunto, como tantos outros, foi arquivado pelo coronel Mindelo, embora o denunciante tenha se posto à disposição tanto para depor como para indicar outras testemunhas.

É oportuno lembrar o que dizia, numa reunião anterior, o presidente da COFAP: «Temos uma preocupação — a defesa de nossa comissão». E o caso de perguntar: a que «comissão» se referia mesmo o coronel Mindelo?



O sr. Juraci Magalhães foi dado de presente ao PSD porque o sr. Juscelino Kubitschek, em desespero, com medo do sr. Jânio Quadros, não tinha para quem apelar. Por isso recorreu à UDN.

Essa revelação histórica figura nos anais da Quarta Legislatura do Congresso Nacional e foi feita, em sessão, pelo líder Carlos Lacerda. Isto, quando um mineiro de maus modos, o sr. Ultimo de Carvalho, exclamou, em aparte, que os líderes e governadores udenistas viviam agofa no Catete, bajulando o presidente da República.

O sr. Ultimo de Carvalho proclama aos quatro ventos sua intimidade com o primeiro magistrado e não tolera concorrentes.

Foi este, sem dúvida, o episódio mais sensacional da primeira sessão da nova Câmara, segunda-feira última.

Em tanto cautelosos, haviam desfilado, momentos antes, pelo microfone do «plaga fogo», alguns parlamentares novos. Os velhos, contudo, constituiram o grande sucesso. O sr. Mário Martins saudou a Câmara (saudando-se consequentemente a si próprio) «ao reaver os seus trabalhos». E desdobrando o fio de um discurso de apoio aos professores em greve, solidarizou-se com eles pela circunstância em que se encontram neste momento.

Entre os novos surgiu o sr. Nicolau Truman, udenista de São Paulo. Depois de pequeno intróito em que aludiu, com desinvoltura, a esperanças não desvanecidas e à necessidade de um «levantamento do standard de vida do homem do campo», entrou no terreno prático: leu memorial dos fazendeiros de café sobre a «situação calamitosa» desses esforçados senhores. Nicolau Truman está de acordo com os fazendeiros, que por sua vez protestam contra o confisco cambial.

Na primeira sessão realizada pela Câmara nova o PDC forneceu três oradores: Geraldo Carvalho, Paulo de Tarso e Francisco Monteiro. Cada qual expôs pequenas plataformas de governo.

Em compensação, o líder do PDC, senhor Assada Câmara, ausente, não atendeu ao apelo do sr. Nelson Carneiro, que, de volta, depois de uma interrupção de quatro anos na sua vida parlamentar, a primeira coisa que fez foi desafiar o representante de Pernambuco, seu adversário num infundável debate, que se arrasta há mais de dez anos, sobre o divórcio.

«Mas de humo», «chubões infiltrados no governo e nos partidos», foram delicadezas trazidas ao debate pelo sr. Carlos Lacerda, recentemente promovido, de líder da UDN, a líder da oposição.

O sr. Arnaldo Faleiro, líder da maioria, não gostou dos «chubões do estilo de Sua Excelência». Reclamou da Mesa providências contra a forma deseducada e agressiva do sr. Carlos Lacerda.

E «Sua Excelência», o Corvo, teve que se retratar: «Não chamei ninguém de ladrão — disse Lacerda. Providencie a fim de que não se roube tanto neste País». Os nomes dos ladrões não foram mencionados. A leviandade ficou no ar, como na história mal contada de D. Jaime Câmara sobre o «parlamentar corrupto». O milagre sem os nomes dos santos.

Assim se processaram as coisas na primeira sessão ordinária da Quarta Legislatura.

Com uma população de 22 milhões de habitantes, uma superfície de 1.222.929 quilômetros quadrados, uma agricultura de subsistência e uma indústria incipiente, o Nordeste brasileiro acha-se atualmente em grande destaque em virtude do lançamento espetacular de um plano para o seu desenvolvimento econômico. O assunto é dos mais apaixonantes e dê-se ocupam técnicos, economistas e estudiosos em geral.

A «Operação Nordeste» tem, assim, de saída, este mérito: despertar a mais ampla discussão em torno de um problema crucial, que é o problema da região mais espoliada e mais abandonada, até hoje, pelos governantes da República. Entretanto, o plano elaborado pelo economista Celso Furtado apresenta alguns defeitos fundamentais que procuraremos fixar. Antes, porém, passaremos em revista aspectos da atual realidade econômica e social do Nordeste.

Na verdade, o Nordeste é uma região subdesenvolvida dentro de um país já por si subdesenvolvido. Basta examinar-se a renda social da região. Em 1954, foi de 62 bilhões de cruzeiros (13,5% da renda nacional, que no mesmo ano foi de 463 bilhões). Por aí se tem uma idéia aproximada do atraso e da disparidade entre o Nordeste e o chamado Centro-Sul.

A renda per capita então, é uma miséria (4 mil cruzeiros, em média, havendo Estado, como o Piauí, em que não vai além de 2.500). Essa renda é inferior à do Paraguai, Equador e Ceilão.

No quadro da renda social a participação da indústria é mínima: apenas cerca de 13%. Segundo um estudo elaborado pelos economistas



Abandonou o sertão, veio para a grande aviação da cidade. Mas seu ar é malicioso e crítico ao mesmo tempo... Querão falar de outros que vivem e fixam, outros que voltaram...

A "Operação Nordeste"

do Banco do Nordeste. «Análise estrutural da economia nordestina», a contribuição da indústria na composição da renda total varia muito entre os Estados nordestinos: se em Pernambuco 16% se originam do setor manufatureiro, no Piauí e no Rio Grande do Norte a contribuição da indústria não vai além de 6%. Tais cifras servem para marcar o grau de atraso da economia regional.

Enquanto uma indústria primária funciona nos centros urbanos da faixa litorânea e em alguns pontos isolados do interior, o campo é um vasto latifúndio.

Na região existem propriedades com áreas variando entre 10 e 100 mil hectares. Partindo-se do conceito de que latifúndio é toda extensão de terras com 500 ou mais hectares, então se pode também avaliar o grau de atraso da economia nordestina.

Do total das terras do Nordeste, apenas 10% são

lavouras. O restante da terra se distribui da seguinte maneira: 27% de pastagens, 26% de matas, 26% de terras incultas e 10% de terras improdutivas, próprias para culturas xerófilas.

As relações semifeudais, como de resto em todo o país, são a característica predominante na

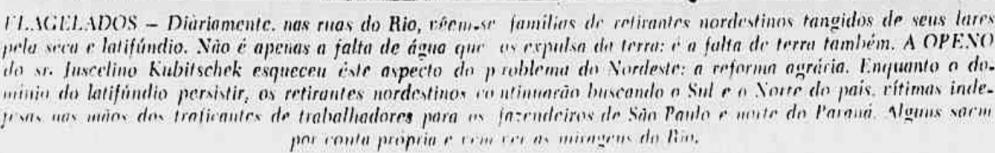
agricultura. Essas relações brutais, acompanhadas da emprega da técnica mais retrógrada e ainda agravadas periodicamente pela incidência das secas (contra as quais não há previsão e combate sistemático) condicionam e atraem a pobreza reinante nos sertões, nas serras e no litoral nordestinos. Em

conseqüência, a produtividade agrícola da região é uma das mais baixas do mundo. Em discurso pronunciado na Conferência dos Bispos de Campina Grande, o economista Aluisio Afonso Campos, diretor do Grupo de Desenvolvimento do Nordeste, revelou dados impressionantes: o algodão rende 70 quilos por hectare, contra 214 em São Paulo; a cana-de-açúcar rende 38 mil quilos, contra 47.500 em São Paulo; o milho rende 676 quilos por hectare, contra 1.402 em Minas Gerais. Por sua vez, devido ao regime de exploração a que é submetido e aos rudimentares instrumentos de trabalho de que se utiliza, o trabalhador rural tem sua produtividade também muito baixa. Cada trabalhador nordestino se ocupa de 5,03 hectares, em média, contra 8,6 em São Paulo, 15,6 em Minas e 20,3 no Rio Grande do Sul.

Quando vem uma seca, como a de 1958, esta situação descamba para o descalabro, verificando-se uma queda vertical na produção agrícola. Verdadeiramente alarmantes foram os índices dessa queda no ano passado: Nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco (os mais atingidos pela estiagem) tomados em seu conjunto, a produção de milho baixou (relação entre 1957 e 1958) de 591 mil para 80 mil toneladas (15%); a de feijão baixou de 295 mil para 45 mil toneladas (15%); a de algodão de 152 mil para 60 mil toneladas (4%); a de mamona, de 59 mil para 25 mil toneladas (40%); a de mandioca, de 3.182 mil para 1.590 mil toneladas (50%).

Teriam forçosamente que apelar para a capacidade de consumo das populações da própria área do Nordeste. Mas isto seria irrisório, sem modificações na estrutura agrícola do Nordeste, modificações capazes de estabelecer um florescimento econômico regional e a formação do correspondente mercado de consumo para os artigos da indústria.

O que não é possível é admitir que o poder aquisitivo atual de vinte milhões de nordestinos esteja em condições de absor-



ELAGELADOS — Diariamente, nas ruas do Rio, vêm-se famílias de retirantes nordestinos tangidos de seus lares pela seca e latifúndio. Não é apenas a falta de água que os expulsa da terra: é a falta de terra também. A OPENO da sr. Juscelino Kubitschek esqueceu este aspecto do problema do Nordeste: a reforma agrária. Enquanto o domínio do latifúndio persistir, os retirantes nordestinos continuarão buscando o Sul e o Norte do país, vítimas indefesas nas mãos dos traficantes de trabalhadores para os fazendeiros de São Paulo e norte do Paraná. Alguns saem por conta própria e com os meios da mão.

e a Realidade Regional

Aníbal Bonavides — (Correspondente de NOVOS RUMOS no Ceará)

Derrota Da Light Em Belo Horizonte

Séria derrota foi infligida à Light pela população de Belo Horizonte, que se uniu em torno do Prefeito Celso Mello de Azevedo para impedir a aprovação do sistema de autofinanciamento no serviço telefônico. A manobra do polva canadense surgiu na Câmara Municipal da capital mineira, na primeira quinzena do dezembro do ano passado, com o projeto do vereador José Nassif. Propunha esse edil (que por sinal não logrou sua reeleição em outubro) que a municipalidade aceitasse o autofinanciamento, de acordo com um documento elaborado nos escritórios da Cia. Telefônica de Minas Gerais (subsidiária da Light).

Apesar do projeto ter sido aprovado pelos vereadores que terminaram o seu mandato em 31 de janeiro, o posto abafou com um veto do prefeito Celso M. de Azevedo. Remetido para os novos membros da Câmara, o veto foi aprovado por um voto de 18 a 1.

Assim, foi a Light vencida numa frente da oposição geral que, desde então, tem no Brasil, para obter recursos do povo brasileiro (pois não deseja empatar capitais) o fim de multiplicar seus fabulosos lucros.

Assim, foi a Light vencida numa frente da oposição geral que, desde então, tem no Brasil, para obter recursos do povo brasileiro (pois não deseja empatar capitais) o fim de multiplicar seus fabulosos lucros.

Na primeira semana de dezembro, de forma imprevista, surgiu na Câmara Municipal a proposição do vereador Nassif. Inesperadamente sublevaram nos escritórios da concessionária, sendo que os avisos distribuídos para os vereadores foram todos guardados também ali. A fim de facilitar o seu andamento rápido, por ocasião que apoiaram o autofinanciamento foram trazidos derrotados no último pleito, não sendo reconhecidos para a edilidade.

Os Mineiros Não Foram No "Conto Do Telefone"

(Reportagem de Marco Antônio Coelho)

OS ABSURDOS DE PRETENSÃO DA LIGHT. Modificando completamente o nosso sistema de comunicação pública, o projeto Nassif trouxe noventa e nove alterações ao projeto. Como se propunha a Light, passava a não ter mais nenhuma obrigação de atender aqueles que dessem conta telefônica, mas apenas aqueles que pagassem um mínimo de 22 mil cruzeiros, sob a forma de aquisição de ações da empresa. Mesmo assim, não ficaria fixado em definitivo, pois se permitia o reajustamento quando a telefonia estivesse

Assim, passavam as tentativas de um projeto de lei, em Belo Horizonte, o movimento representativo e a mobilização dos setores da população e dos vereadores para a tramitação na Câmara Municipal.

Os 11 vereadores da bancada da Light, em Belo Horizonte, foram derrotados no dia 22 de dezembro, em primeira discussão. Desde logo ficou claro que a Câmara estava arremetidamente dividida 11 a favor e 10 contra. Os 11 vereadores não rejeitaram o projeto, mas se recusaram a votar o que desejavam o trustee. Conforme vários jornais publicaram, diversos vereadores estavam recebendo, cada um, de quatro a seis telefones, que eram instalados onde desejassem.

para dar parecer. As organizações estudantis e simplices lançaram, então, proclamações condenando a votação apressada e conclamando o povo a comparecer à Câmara, a fim de se fazer ouvir a atuação dos seus membros. No ato de aprovação do autofinanciamento, a bancada da Light conseguiu a violação de diversos dispositivos constitucionais, inclusive, um artigo da Lei Orgânica dos Municípios, que estatui o quorum de 2 terços nas votações das Câmaras, sempre que se tratar de questões relacionadas com serviços públicos.

A DRAMÁTICA SESSÃO DE 22 DE DEZEMBRO. Com as galerias repletas, verificou-se no dia 22 de dezembro a votação, em primeira discussão. Desde logo ficou claro que a Câmara estava arremetidamente dividida 11 a favor e 10 contra. Os 11 vereadores não rejeitaram o projeto, mas se recusaram a votar o que desejavam o trustee. Conforme vários jornais publicaram, diversos vereadores estavam recebendo, cada um, de quatro a seis telefones, que eram instalados onde desejassem.

Mas, como a oposição dos 10 vereadores nacionalistas firmes, e ainda em virtude da pressão, das galerias não foi fácil a votação. Em alguns instantes, populares começaram a atirar pedras nos vereadores vestidos grifando: «Sic! o teu projeto é o presidente da Light, Humberto Reis, há 20 anos não põe sua conta telefônica, ameaça excluir as galerias, mas tinha coragem de cumprir o que ele mesmo propunha. Por tudo isso, os 11 horas da Light,

no dia seguinte foi aprovado o autofinanciamento.

A BATALHA JUDICIÁRIA. Apoiado em diversas leis legais, impetra o vereador Leopoldo Brandão, líder radical, um mandado de segurança solicitando ainda a medida liminar de sobrestamento do projeto. O juiz da 1.ª Vara da Fazenda Pública, dr. Edésio Fernandes, em despacho memorável, concede a liminar, determinando a paralisação do projeto. A Light, desesperada, por falarem somente 10 dias para o término da legislatura, entra com um pedido de mandado de segurança contra o juiz de 1.ª instância, Minas Tribunal de Justiça, o relator do processo denega o pedido dos vereadores vencidos à Light, mantendo a decisão do juiz Edésio Fernandes. A bancada da Light, porém, não estava disposta a recuar.

Nesta altura, a questão apaixonava a cidade e raros se atreviam a defender a conduta da concessionária. Promoveu a Federação das Indústrias mesmaseculares, em de são desmascarados os defensores do autofinanciamento. Quase todos os jornais e rádios colocaram ao lado do povo. Os estudantes e os líderes sindicais dirigiram manifestações de protesto, que surgiram de todos os lados. A Convenção Estadual do P. T. B., que se realizava nesta ocasião, em Belo Horizonte, tomou posição contra a Light. Na Câmara Federal, o deputado Otávio Negro de Lima pronunciou dois discursos relatando os acontecimentos dos telefones.

A APROVAÇÃO ILEGAL E O GOLPE DO DIA 31

No dia 30 à noite, apesar da decisão judicial, decidiu a bancada da Light a desrespeitar a Justiça, pois dentro de poucas horas terminaria o seu mandato e porque estava certa de que a nova Câmara jamais aceitará o autofinanciamento, pois a maioria esmagadora dos novos vereadores já tinha publicamente se manifestado a respeito. Quando foi anunciado que a proposição ia ser discutida, os 10 vereadores contrários, no mesmo protestaram e se retiraram do plenário. Os estudantes e populares começaram das galerias a valer, e vidros de ácido sulfúrico foram atirados no plenário. As galerias são evacuadas pela polícia, e com o tempo do norte, pela madrugada a dentro, os 11 traidores votaram em 20 a 31 desrespeitando o projeto.

DESAPARECIMENTO DO PROJETO E VETO DO PREFEITO. Aprovado o documento poucas horas antes da instalação da nova Câmara, os partidários da Light, porém, não encaminharam ao prefeito. Os auxiliares do Sr. Celso Azevedo recorrem à polícia e como as estações de rádio noticiaram o fato, o secretário do legislativo, amedrontado, leva o projeto ao gabinete do Prefeito. Este imediatamente o veto, uma hora antes de passar o cargo ao seu substituto, devolvendo-o para a nova Câmara.

Termina a batalha dramática dias depois, com a aprovação do veto, que foi aceito pelos novos representantes do povo, numa votação expressiva — 18 votos contra a Light e um sómente, a favor.

OFENSIVA EM OUTROS ESTADOS. A vitória do povo de Belo Horizonte é tão mais importante quando se sabe que a Light iniciou um sério trabalho para obter nas principais cidades brasileiras o autofinanciamento. No Rio e em São Paulo, o caso dos telefones está na ordem do dia e noticiaram os jornais que o presidente da República vai nomear um Grupo de Trabalho para a Indústria de Telefones. Tudo indica que debaixo desse nome tem carne, há a Light da Light.

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Os autores do planejamento da OPENO não levaram em conta essa terrível realidade nordestina, quando efeturaram seus estudos. Por isso, redigiram um plano de desenvolvimento que peca pela base, pois não considera a necessidade de modifica-

ções na estrutura agrária da região. Passaram por cima dessa questão fundamental, como gato sobre brasas. E, como justificativa, disseram que o plano de oito pontos dá ênfase ao incremento de produtos agrícolas na faixa litorânea...

Mas o Nordeste não é apenas o litoral. Será que os planejadores da OPENO temem penetrar na área braba do chamado Polígono das Secas, que é justamente a área situada fora do litoral, abrangendo mais de 90% do total da superfície nordestina?

Ao desprezarem a questão da terra, os planejadores da Operação Nordeste incidiram num grave erro. Não poderão, entretanto, promover um desenvolvimento econômico harmonioso da região, no interesse de todo o povo, e não de minorias, sem adotar as primeiras medidas de reforma agrária. E se insistirem no pressuposto, o tiro lhes sairá pela culatra, pois irão certamente lançar as raízes de um futuro problema: o da produção industrial sem mercado de consumo.

Esta é a pergunta que se coloca: onde serão vendidos e consumidos os artigos industriais das manufaturas a serem instaladas pela SUDENE? No mercado do Sul? No mercado externo?

Evidentemente, os atuais e futuros industriais nordestinos não poderão sequer sonhar com tais saídas, pois aqueles mercados são saturados.

Teriam forçosamente que apelar para a capacidade de consumo das populações da própria área do Polígono. Mas isto seria irrisório, sem modificações na estrutura agrícola do Nordeste, modificações capazes de estabelecer um florescimento econômico regional e a formação do correspondente mercado de consumo para os artigos da indústria.

O que não é possível é admitir que o poder aquisitivo atual de vinte milhões de nordestinos esteja em condições de absor-

ções na estrutura agrária da região. Passaram por cima dessa questão fundamental, como gato sobre brasas. E, como justificativa, disseram que o plano de oito pontos dá ênfase ao incremento de produtos agrícolas na faixa litorânea...

Mas o Nordeste não é apenas o litoral. Será que os planejadores da OPENO temem penetrar na área braba do chamado Polígono das Secas, que é justamente a área situada fora do litoral, abrangendo mais de 90% do total da superfície nordestina?

Ao desprezarem a questão da terra, os planejadores da Operação Nordeste incidiram num grave erro. Não poderão, entretanto, promover um desenvolvimento econômico harmonioso da região, no interesse de todo o povo, e não de minorias, sem adotar as primeiras medidas de reforma agrária. E se insistirem no pressuposto, o tiro lhes sairá pela culatra, pois irão certamente lançar as raízes de um futuro problema: o da produção industrial sem mercado de consumo.

Esta é a pergunta que se coloca: onde serão vendidos e consumidos os artigos industriais das manufaturas a serem instaladas pela SUDENE? No mercado do Sul? No mercado externo?

Evidentemente, os atuais e futuros industriais nordestinos não poderão sequer sonhar com tais saídas, pois aqueles mercados são saturados.

Teriam forçosamente que apelar para a capacidade de consumo das populações da própria área do Polígono. Mas isto seria irrisório, sem modificações na estrutura agrícola do Nordeste, modificações capazes de estabelecer um florescimento econômico regional e a formação do correspondente mercado de consumo para os artigos da indústria.

O que não é possível é admitir que o poder aquisitivo atual de vinte milhões de nordestinos esteja em condições de absor-

ções na estrutura agrária da região. Passaram por cima dessa questão fundamental, como gato sobre brasas. E, como justificativa, disseram que o plano de oito pontos dá ênfase ao incremento de produtos agrícolas na faixa litorânea...

30 DIAS DE EXPERIÊNCIA PARA O PLANO DE J. K.

Em assembléa realizada no Sindicato dos Metalúrgicos, os trabalhadores paulistas discutiram e criticaram os novos planos do governo para conter a alta do custo da vida e deliberaram dar um prazo de 30 dias, findo o qual examinarão os efeitos das medidas governamentais. Foi assim suspensa a caravana de protesto que deveria vir ao Rio e que já estava organizada.

AS CRÍTICAS FEITAS

Ao discutir os planos governamentais, foram feitas as seguintes observações: 1) os trabalhadores não reivindicam a extinção do COFAP, mas sim, a sua democratização, possibilitando a participação de dirigentes sindicais no seu plenário; 2) não pedem a simples contenção das taxas de câmbio para a importação de petróleo, trigo e maquinaria, mas a redução dessas taxas; 3) o plano do governo não dá prazo para a aplicação das medidas de congelamento das tarifas dos transportes ferroviário e rodoviário, e nem assegura a participação dos trabalhadores no Instituto Nacional de Abastecimento — órgão que se pretende criar; 4) os centros de abastecimento previstos para as grandes cidades e a chamada «Operação Nordeste» são medidas a longo prazo; 5) ao falar em amparo aos produtores agrícolas, o governo não especifica o tipo de amparo nem o tipo de produtor a ser amparado; 6) prevendo a isenção do imposto de consumo, também para as roupas manufaturadas, não especifica quais as roupas e nem estipula prazo para a aplicação da medida.

Além disso, na reunião manifestou-se a descren-

ça quanto ao apoio das chamadas «classes produtoras» ao plano do governo, apoio que não passaria de engodo.

RESOLUÇÕES TOMADAS

No final da assembléa, foram adotadas as seguintes resoluções: 1) ao invés da projetada caravana, enviar ao Rio uma comissão de dirigentes sindicais, estudantes, populares, deputados e vereadores para, dentro de 10 dias, levar ao Presidente da República as conclusões da assembléa realizada; 2) realizar, a 19 de abril, na cidade de São Paulo, um grande ato público para examinar os efeitos do plano anunciado pelo governo e tomar as medidas que se tornarem necessárias; 3) intensificar a propaganda visando esclarecer a opinião pública sobre as causas da carestia; 4) contribuir para levar a luta contra a carestia a todos os Estados do Brasil; 5) para o ato do dia 19 de abril, realizar assembléas preparatórias em todos os Sindicatos.

APOIO AS DECLARAÇÕES DO MARECHAL LOTT

Finalmente, reportando-se ao último pronunciamento do marechal Lott, a assembléa aprovou um voto de congratulações com o conhecido militar por suas declarações a favor da limitação da remessa de lucros para o exterior.

MEDIDAS INDISPENSÁVEIS

Na assembléa realizada no último dia 15, em São Paulo, os trabalhadores paulistas haviam en-

tregue ao Ministro do Trabalho, para ser encaminhado ao presidente da República, um memorial no qual assinalam as seguintes medidas como indispensáveis a um efetivo combate da carestia:

- Imediata limitação à remessa para o exterior de dividendos, lucros, «royalties» e prêmios de seguro;
- Não concessão de câmbio favorecido para a remessa de dividendos, lucros e «royalties»;
- Destinação do crédito concedido pelos Bancos oficiais exclusivamente para a produção nacional legítima, sem vinculação com os trustes e monopólios internacionais;
- Nacionalização dos Bancos estrangeiros de depósitos;
- Restabelecimento de relações comerciais com todos os países do mundo;
- Defesa do monopólio estatal do petróleo, que deve abranger todas as fases e operações, desde a sua prospecção até a comercialização de todos os seus derivados;
- Restabelecimento da execução do monopólio estatal do comércio da borracha pelo Banco de Crédito da Amazonia S. A., incluindo-se a sua importação na Lei de Tarifas e concedendo-se-lhe ágio especial reduzido;
- Concessão, também, de ágio especial reduzido para as importações de petróleo, trigo e máquinas-ferramentas necessárias à instalação de nossa indústria de base; e,
- Revogação da Portaria n.º 113 da SUMOC e revisão de outras Portarias posteriores, tendo em vista salvaguardar os interesses nacionais.

Mesa Redonda Contra a Carestia

Numa mesa-redonda contra a carestia, realizada a 14 de março no Centro Pró-Melhoramentos de Vicente de Carvalho, Parque Celeste e Vaz Lobo, falou o deputado Lício Haier.

— Antes de tudo, disse o deputado, devemos ver se as medidas divulgadas pelo governo darão os resultados anunciados. A verdade é que o nosso povo produz grandes riquezas, mas elas não revertem em proveito do povo; pelo contrário, são drenadas para o estrangeiro.

Precisamos valorizar nossos produtos, vendendo-os pelos melhores preços a quem quer que nos queira comprá-los. No entanto, o governo silencia a este respeito. Já não diremos que o governo deveria propor medidas de reforma agrária, que seria a justa solução, mas pelo menos amparar os pequenos agricultores. O governo, porém, só aparece para tomar medidas quando o povo exerce pressão, e o povo deve prosseguir lutando por todas as formas em defesa dos seus direitos. Nesta luta o povo contará com o apoio dos parlamentares nacionalistas — afirmou Lício Haier.

Quanto à nova organização nacionalista a ser criada, o deputado carioca pediu aos presentes seu apoio aos deputados, a fim de termos um órgão com representantes sindicais, estudantes e populares, para maior eficiência na luta contra a carestia.

IPASE DESUMANO:

José Alexandre Pereira foi, durante vinte e oito anos, funcionário dos Correios e Telégrafos. A família era numerosa (mulher e oito filhos) e os vencimentos insuficientes. Para enfrentar as despesas, trabalhava também como professor numa escola de motoristas.

Morava em Marechal Hermes e trabalhava em Botafogo. Saía de casa de manhã bem cedo e chegava de volta depois da meia noite. Era uma

Não Tratou Do Tuberculoso e Tomou a Casa Da Viuva

vida dura. E por mais que fizesse não conseguia ganhar o bastante

para atender as necessidades de alimentação. Sua saúde acabou não resistindo. Ficou tuberculoso.

Velho funcionário dos Correios (28 anos de serviço) foi levado ao suicídio pelo desespero — Viúva e filhos foram despejados pelo IPASE da casa que tinha sido comprada pelo associado



Dona Alzira Pereira põe a mão na cabeça mas não desanima: continua lutando para readquirir a casa que o marido tinha comprado e o IPASE tomou

E OS TRABALHADORES ?

ROBERTO MORENA

Sob a pressão da luta popular contra a carestia, conduzida pelos trabalhadores e suas organizações sindicais, o governo teve de se preocupar seriamente com o problema. E, anunciou o plano governamental de contenção do custo de vida.

Desta vez o Presidente da República não recorreu a medida simplista de decretar a congelamento de preços, rápida e inteiramente desmoralizada pelos próprios órgãos destinados ao controle de preços, como a COFAP. Propôs, então, levar a efeito uma reação de larga envergadura contra o aumento do custo de vida, que começa a tornar precários os orçamentos das pais de família. Na exposição do plano disse o Presidente que é reclamada uma linguagem direta, franca, sem rebuços, sem demências oratórias. Foi isso que os trabalhadores sempre exigiram quando mantiveram diálogo com o governo, ou mais precisamente, com o Presidente da República.

As linhas fundamentais do plano estão contidas na redução do déficit do Tesouro, manutenção da política cambial, não aumento (até segunda ordem), das taxas e tarifas de entidades estatais, inclusive a Rede Ferroviária, Marinha Mercante e concessionárias de serviços públicos (salvo quando houver obrigação legal e contratual), economia de 20% nos gastos de combustíveis dos órgãos governamentais, seleção de créditos para as legítimas operações de produção e comércio, com incentivo à produção de alimentos, estabilização monetária, sem prejuízo do ritmo normal da produção e comércio e execução da política fiscal para processar as operações comerciais sem os atravessadores, suspensão do imposto de consumo sobre roupas de consumo popular (de acordo com os compromissos assumidos com os manufatureiros). Finalmente, a criação de um órgão que execute a política de intervenção estatal para a defesa da economia popular. Outra parte do plano é constituída pela reorganização do abastecimento nacional, mobilizando vários órgãos já existentes e coordenando a colaboração com os governos estaduais.

Como se pode verificar, o governo se orienta agora por outra via. Pretende atacar algumas causas da crise econômica, cujas consequências têm sido atiradas nas costas do povo. Mas, para a elaboração desse plano os trabalhadores e seus órgãos sindicais, que há anos se vêm batendo pela planificação da luta contra a crise econômica e a carestia de vida, mais uma vez foram postos de lado, embora o governo ensaie medidas de promover debates com os dirigentes e militantes sindicais, como ocorreu em São Paulo, no domingo passado, com as explicações do Ministro do Trabalho numa reunião de trabalhadores. Mas, sempre é para comunicar planos e pedir sua aprovação depois de apresentados.

Algumas medidas essenciais que os trabalhadores propuseram não foram atendidas. Na falta presidencial se diz, por exemplo: ao próprio interesse coletivo está comprometido em colaborar da maneira mais íntima no alívio do nosso problema de divisas, cujo agravamento é a raiz de muitos males. Mas não se cogitou em evitar a saída de grandes quantias para o estrangeiro, rever a Instrução 113 da SUMOC, limitar os lucros etc.

Os trabalhadores vão examinar o plano e terão oportunidade de novamente demonstrar as falhas que ele contém e lutar para a execução das medidas positivas propostas para conter o custo de vida.

Quando, porém, o governo cumprir o seu dever e sua promessa de convocar os trabalhadores para participar ativamente nos órgãos controladores, fiscalizadores, executores e elaboradores desses planos?

A resposta do governo depende da maior mobilização e unidade dos trabalhadores.

SONHO

Atormentado pelas dificuldades, José Alexandre pensou, antes da doença, em assegurar pelo menos um teto para a família. Vencendo uma série de embaraços, adquiriu por financiamento, uma casa no IPASE, para a qual contribuiu durante tantos anos. Para maior garantia da família, fez dois seguros: o privado e o chamado especial. Assim, imaginava, a mulher e os filhos teriam um teto certo.

Mas, com a doença, os sacrifícios e dificuldades cresceram. Já não era mais possível trabalhar. Se os salários de dois empregos não bastavam nem para comer direito, a aposentadoria era irrisória. Começou a atrasar o pagamento das prestações da casa. E a família afundou-se numa miséria ainda maior. Do IPASE não conseguiu nem intermediação. Para tuberculosos não havia hospitais. Que se tratassem mesmo em suas casas. O desespero levou José Alexandre, em 1953, ao suicídio.

DESPEJO

Dona Alzira Pereira — viúva de José Alexandre — que antes tudo fizera para tratar-lo, depois de sua morte tudo fez para conservar a casinha para os filhos. Conseguiu com muito empenho, um acordo para o pagamento das prestações atrasadas.

Mas, depois de 1954, o IPASE se recusou a receber as prestações e iniciou uma ação de despejo contra dona Alzira. O pagamento dos seguros foi recusado, sob a alegação de que José Alexandre não morreu, mas se matou... Nem mesmo inventário dos bens do falecido, foi feito. O contrato de compra

e venda foi rescindido por simples decisão administrativa. Em 1957, a violência se consumou: viúva e filhos foram lançados à rua.

— «Vendi por quatro mil cruzeiros os móveis que eu tinha — disse dona Alzira ao repórter. E durante 28 dias, sem ter onde morar, dormi nos trens da Central com meus filhos. No IPASE, ante as minhas queixas, ameaçaram de enviar para o Albergue da Boa Vontade».

Hoje, a viúva de José Alexandre, miseravelmente alojada na Vila Concurdinha, subúrbio de Campo Grande, come o pão que o diabo amassou. É o fruto dos 28 anos de trabalho do marido nos Correios e Telégrafos e das contribuições que, desde a fundação, pagou para o IPASE.

LUTA

Dona Alzira não se conforma com a situação. E luta para readquirir a casa que o marido sonhou deixar para a família. Nessa luta, tem encontrado animador apoio da Associação das Pensionistas do Serviço Público, de que é presidenta.

Absolvido Bráulio Nascimento

O juiz Otávio Pinto absolviu o operário Bráulio Alves do Nascimento, que há anos foi vítima de uma farsa da polícia política. Sob o pretexto de anticamunismo, os policiais haviam invadido a residência daquele trabalhador, arrastando para ele um processo, após espancá-lo e deixá-lo em custódia durante vários dias. Esse processo chega ao fim com a absolvição de Bráulio Nascimento.

DEFENDE TEU DIREITO

B. CALHEIROS BOMFIM

Correspondência para: NOVOS RUMOS
— ou Rua São José, 50

A muitos de vocês, leitores, sabretudo os que já sentiram na própria carne como se processa uma reclamação contra o empregador, ocorre, certamente, a pergunta, que se ouve frequentemente: vale a pena recorrer à Justiça do Trabalho?

Essa Justiça foi criada, — e essa é realmente sua função primordial, — para servir de amortecedor dos choques entre trabalhadores e patrões. Canaliza ela para sua órbita, buscando transformar em pacíficas e legais, as lutas que se deveriam ferir por outros meios, nos próprios locais de trabalho, entre as duas classes. E, com o longo tempo em que, via de regra, se debatem as questões nos diversos tribunais os ânimos vão se amainando, e a reparação que o desfêcho da causa traz ao empregado, quando vencedor, é incompleta, senão anulada, pela tardança com que chega. Assim, vai a Justiça, pela sua finalidade e estrutura funcional, servindo predominantemente aos empregadores. Naturalmente, a consciência democrática de muitos juizes, — e felizmente os temos com esse espírito, — e o ascenso democrático do país criam certas contradições, que quebram a homogeneidade desse aparelhamento e entram na realização do papel reacionário da Justiça trabalhista.

Se, por um lado, é justo que não se alimente ilusões a esse respeito, seria errôneo, também, desprezar a Justiça do Trabalho como inútil, máxime nas condições presentes, em que nossas organizações sindicais, —

nas quais repousam a verdadeira força dos assalariados, — são ainda débeis. Embora sendo a Justiça deficiente, nem por isso deixa de constituir um meio de luta, — insuficiente, é verdade, — o único, aliás, a que se pode recorrer em certas circunstâncias. Por exemplo, se um operário é demitido injustamente, e não conta, por qualquer razão, com a solidariedade total de seus companheiros para impor sua volta ao emprego, que outro caminho resta senão apelar para a Justiça do Trabalho? O mesmo se aplica aos aumentos salariais: se a classe não tem condições de, pela greve ou outros meios diretos, obrigar o patrão a aumentar-lhe os salários, o remédio é ir a Juízo.

Vê-se, pois, que, sendo situações dessa natureza as mais correntes em nosso meio, a Justiça do Trabalho, a par de seus defeitos de origem e funcionamento, oferece aspectos positivos, que podem e devem ser utilizados. Na falta de força própria mais eficaz, cumpre aos trabalhadores usá-la para compêlos os empregadores a respeitar as leis trabalhistas, mobilizando e unindo a classe em torno das reivindicações submetidas ao julgamento dos Tribunais.

Em suma, encarada sem ilusões, mas vista com realismo, a Justiça do Trabalho pode ser um fator de unidade e arregimentação daqueles que vivem de salário, parte dos quais, dada a falta de esclarecimentos, só pela via judicial começa a aprenderizado da luta pela defesa de seus direitos.

ROBORÉ: TRÊS SOLUÇÕES DISTINTAS E NENHUMA JUSTA

Continuação Luiz Lobo Carneiro — (Segundo de uma série de três artigos)

Na parte final do artigo anterior apresentamos um resumo dos principais dispositivos da nota reversal n.º 6, que constitui, juntamente com a de n.º 7, a única parte dos chamados acordos de Roboré que se relaciona com a exploração do petróleo boliviano, e que deve ser combatida pelos defensores do petróleo brasileiro e da Petrobrás.

A antiga área de estudos de 35.000 quilômetros quadrados, estabelecida pelo tratado petrolífero de 1938, e pelas notas reversais de 1952, está situada ao sul de Santa Cruz de la Sierra, e ao norte do rio Parapetí, a uma distância de mais de quinhentos quilômetros da fronteira brasileira, em Corumbá. Mais ao sul estão os campos petrolíferos explorados diretamente por Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (região de Camiri). De acordo com a nota reversal n.º 6, de Roboré, a área de estudos é dividida em duas partes: a área B, na parte meridional, destinada às empresas brasileiras; e a área A, na parte norte, livremente disponível por Y.P.F. Bolivianos, — inclusive para outorga de novas concessões aos trustes estrangeiros. A leste da área B — isto é, entre esta última e a fronteira brasileira — situa-se a grande concessão da Bolivian Gulf Oil Co, subsidiária do truste norte-americano Gulf Oil. Lembremos aqui que o grupo brasileiro mais forte entre os candidatos às concessões na área B é precisamente o grupo Capuava, proprietário da Refinaria União, em São Paulo, e cujas ligações com a Gulf Oil são conhecidas. Além da concessão da Gulf Oil, existem em outras regiões na Bolívia concessões da Shell, da Standard Oil, e de outras empresas norte-americanas.

As empresas brasileiras que obtiverem concessões na área B terão, na hipótese de êxito em suas pesquisas, o privilégio de mercado certo no Brasil para 100.000 barris por dia (metade do nosso consumo atual), às expensas da Petrobrás. Mesmo que haja no território nacional produção suficiente para todo o nosso consumo, seremos obrigados a adquirir esses 100.000 barris por dia. E teremos de construir, a fim de transportá-los, um extensíssimo e caríssimo oleoduto. Os preços serão os do mercado internacional, na fonte produtora.

As empresas brasileiras que obtiverem concessões na área B da Bolívia adquirirão assim considerável poder econômico, inevitavelmente acompanhado de poderosa influência na política interna do país. Apoiadas pelos trustes estrangeiros, e usando como argumento o seu próprio êxito, tudo farão para destruir o monopólio petrolífero estatal e solapar a Petrobrás.

Na hipótese de insucesso parcial das empresas brasileiras, continuaremos obrigados a adquirir os 100.000 barris por dia de petróleo

bruto, pagando-os em dólares, às empresas (provavelmente trustes norte-americanas) que obtiverem concessões na área A. E continuaremos obrigados a construir o oleoduto, que aliás deverá servir também para o transporte dos excedentes de produção não absorvidos pelo mercado brasileiro, e que se destinarem à exportação através do nosso território.

Como já mostramos no final do primeiro artigo, as empresas brasileiras que obtiverem concessões na área B ficarão sujeitas à exclusividade às leis bolivianas, não podendo o governo brasileiro exercer sobre elas nenhuma interferência. A atual legislação boliviana se baseia na chamada livre iniciativa. As empresas brasileiras, mesmo que mantenham sua composição inicial de capitais, poderão a qualquer tempo se associar aos trustes estrangeiros, sob formas as mais diversas, como por exemplo a participação no capital com ações preferenciais, e os financiamentos e contratos de ajuda técnica. Poderão fazê-lo mesmo que iniciem suas atividades sem qualquer ligação conhecida com esses trustes.

Cinco empresas brasileiras se candidataram às concessões na área B da Bolívia. Algumas delas, como a que se filia à Refinaria União (União Brasil-Bolívia de Petróleo S.A., do grupo Capuava), pertencem a poderosíssimos grupos de banqueiros e industriais, cujos capitais, altamente concentrados, constituem um dos exemplos mais expressivos do desenvolvimento desigual e contraditório da economia nacional. Outras melhor se classificariam como grupos aventureiros, sendo que um deles provocou escândalo fazendo passar através das fronteiras, clandestinamente, material de sondagem, antes mesmo de obter qualquer concessão.

Duas dessas cinco empresas, estimuladas pelos critérios de seleção do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, associaram-se diretamente a um grupo petrolífero norte-americano, aqui representado por um certo Mr. Kenna. Parece tratar-se de uma das empresas menores ou out-siders, que antes só operavam no território dos Estados Unidos, mas agora, imitando os grandes trustes, se lançam em busca de concessões no exterior. A associação das citadas empresas com o grupo de Mr. Kenna assumiu a forma de financiamento aleatório, isto é, financiamento com participação permanente nos lucros e na produção.

Dois outras empresas se abstiveram de associações com grupos estrangeiros (ou não o conseguiram), e passaram a pleitear do nosso governo financiamentos em dólares, a câmbio de custo.

A quinta empresa — exatamente a do grupo Capuava — evitou qualquer associação com Mr. Kenna, e disso se gaba. Não pleiteou também

financiamentos oficiais em dólares. Obteve no entanto favores muito mais altos e de fonte muito mais poderosa: a firma Anderson Clayton, uma das ramificações da alta finança norte-americana, intimamente ligada a grupos financeiros com interesses petrolíferos. Não houve financiamento aleatório nem associação direta, mas houve um «swap». Consiste o «swap» no seguinte: Anderson Clayton empresta dólares ao grupo Capuava, por um determinado prazo, ao mesmo tempo que o grupo Capuava empresta cruzeiros

(que não lhe faltam), a Anderson Clayton, pelo mesmo prazo. O que há de particular nesse «swap» é que o prazo é longo (5 anos), ao contrário do que ocorre com os «swaps» comuns; e que os dólares são muitos e abundantes. Ficou assim demonstrado o alto interesse de Wall Street em amparar o grupo Capuava em sua aventura na Bolívia.

O grupo Capuava já possui uma grande refinaria, que lamentavelmente ficou fora do monopólio estatal por ocasião da criação da Petrobrás. Esse grupo não esconde sua hostilidade à Petrobrás, já tendo tentado prejudicá-la por diversas vezes. Com uma concessão na Bolívia, — ao lado aliás da concessão da Gulf Oil, truste a que está ligado — o grupo Capuava ficaria de tal modo reforçado que a Petrobrás dificilmente poderia resistir às suas pretensões.

Não é difícil portanto concluir que o grupo Capuava representa o perigo principal para a Petrobrás. Constituiu hábil manobra engreluista, que lamentavelmente conseguiu envolver, em certa etapa, alguns setores nacionalistas, — apontar como perigo maior, e mesmo único, os dois grupos que conseguiram financiamento aleatório de Mr. Kenna. A conclusão dessa atitude era considerar como boas e dignas de apoio as concessões às empresas brasileiras, desde que afastado o financiamento aleatório: considerava como boa, inclusive, a solução

do «swap» e a candidatura do grupo Capuava. E foi justamente a essa perigosa conclusão a que chegou a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o relatório Alexínio.

Teve portanto plena razão o Coronel Albino Silva, em sua corajosa conferência no Clube Militar, ao proclamar em alto e bom-tom, que «ambas as soluções são más», inclusive a que se apresenta falsamente com o rótulo de «nacionalista». Agora, depois da recente decisão do plenário do Conselho Nacional do Petróleo, podemos di-

(pelo menos direta e claramente) dos recursos cambiais da Petrobrás. A solução do Conselho Nacional consiste em proibir o «financiamento aleatório» e em não fornecer às empresas dólares oficiais. Admite no entanto, como a anterior, o recurso ao «swap».

As três soluções mantêm os compromissos contrários aos interesses nacionais contidos nas notas reversais n.ºs 6 e 7 de Roboré. Consagram o apoio e o estímulo oficial às concessões petrolíferas a empresas brasileiras no território da Bolívia. São igualmente más e merecedoras do repúdio da opinião pública. Qualquer uma delas prepararia o caminho para o solapamento e a destruição da Petrobrás.

Qual então a solução justa? Só uma e apenas uma corresponde ao mesmo tempo aos interesses do povo

percebe ou não quer estabelecer relações econômicas com a República Árabe Unida, com ela concluindo um acordo comercial e um convênio de colaboração técnica. Reconheceu o papel da RAU como importante núcleo de unificação dos povos árabes na luta por sua independência. Bagdá proclamou sua solidariedade à política de neutralidade passiva da RAU. Recusou-se, porém, a submeter-se à direção de Nasser. Aí a origem das discordâncias, agravadas pelas pretensões de Nasser de tornar-se líder de todos os povos árabes. Que a RAU e sua política exterior anticolonialista são um fator altamente positivo no mundo atual, ninguém o nega. Mas isto não significa que todos os povos árabes que lutam por sua independência devam ficar sob a hegemonia da RAU.

Em resumo, se os imperialistas conseguissem um retrocesso no Iraque, a própria RAU seria golpeada ou pelo menos ficaria ameaçada seriamente.

O plano dos imperialistas é o mais elementar: apresentar o Iraque como um país comunicante, seu governo como «filocomunista», isolá-lo dos demais países árabes e torná-lo assim mais vulnerável às intrigas e aos ataques dos inimigos internos e externos da independência nacional.

O perigo que semelhantes intrigas criam para o Iraque paira também sobre a RAU. É isto o que Nasser

procurado convencer, por um lado, que são precárias as possibilidades de aumentar a produção de petróleo no território nacional, e, por outro lado, que a «área B» da Bolívia seria verdadeiro «El Dorado» petrolífero, indispensável ao nosso abastecimento futuro, e portanto, ao próprio desenvolvimento econômico de nossa Pátria.

Esperamos demonstrar, no próximo artigo, que essas e várias outras afirmações são falsas, começando por mostrar, pela simples citação dos tratados, que a Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz foi construída para pagar uma velha e vultosa dívida do Brasil à Bolívia, resultante da cessão do território do Acre, em 1903. E que, tendo essa estrada custado mais que o montante da dívida, a Bolívia se comprometeu apenas a nos pagar a diferença em dinheiro ou em petróleo, a seu juízo, com juros fixados, e num prazo de 20 anos, que só se iniciará quando forem terminadas as obras (ainda não o foram). O tratado petrolífero, assinado na mesma época do tratado ferroviário, não se relaciona com o pagamento da estrada de ferro, e já caducara há vários anos.

RETIFICAÇÃO: em nosso artigo anterior, onde se lê «Mar Vermelho ao Mediterrâneo», leia-se «Golfo Pérsico ao Mediterrâneo».

procurado convencer, por um lado, que são precárias as possibilidades de aumentar a produção de petróleo no território nacional, e, por outro lado, que a «área B» da Bolívia seria verdadeiro «El Dorado» petrolífero, indispensável ao nosso abastecimento futuro, e portanto, ao próprio desenvolvimento econômico de nossa Pátria.

Esperamos demonstrar, no próximo artigo, que essas e várias outras afirmações são falsas, começando por mostrar, pela simples citação dos tratados, que a Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz foi construída para pagar uma velha e vultosa dívida do Brasil à Bolívia, resultante da cessão do território do Acre, em 1903. E que, tendo essa estrada custado mais que o montante da dívida, a Bolívia se comprometeu apenas a nos pagar a diferença em dinheiro ou em petróleo, a seu juízo, com juros fixados, e num prazo de 20 anos, que só se iniciará quando forem terminadas as obras (ainda não o foram). O tratado petrolífero, assinado na mesma época do tratado ferroviário, não se relaciona com o pagamento da estrada de ferro, e já caducara há vários anos.

RETIFICAÇÃO: em nosso artigo anterior, onde se lê «Mar Vermelho ao Mediterrâneo», leia-se «Golfo Pérsico ao Mediterrâneo».



KASSEM VENCE NASSER

(Conclusão da 2.ª página)

percebe ou não quer estabelecer relações econômicas com a República Árabe Unida, com ela concluindo um acordo comercial e um convênio de colaboração técnica. Reconheceu o papel da RAU como importante núcleo de unificação dos povos árabes na luta por sua independência. Bagdá proclamou sua solidariedade à política de neutralidade passiva da RAU. Recusou-se, porém, a submeter-se à direção de Nasser. Aí a origem das discordâncias, agravadas pelas pretensões de Nasser de tornar-se líder de todos os povos árabes. Que a RAU e sua política exterior anticolonialista são um fator altamente positivo no mundo atual, ninguém o nega. Mas isto não significa que todos os povos árabes que lutam por sua independência devam ficar sob a hegemonia da RAU.

Em resumo, se os imperialistas conseguissem um retrocesso no Iraque, a própria RAU seria golpeada ou pelo menos ficaria ameaçada seriamente.

O plano dos imperialistas é o mais elementar: apresentar o Iraque como um país comunicante, seu governo como «filocomunista», isolá-lo dos demais países árabes e torná-lo assim mais vulnerável às intrigas e aos ataques dos inimigos internos e externos da independência nacional.

O perigo que semelhantes intrigas criam para o Iraque paira também sobre a RAU. É isto o que Nasser

percebe ou não quer estabelecer relações econômicas com a República Árabe Unida, com ela concluindo um acordo comercial e um convênio de colaboração técnica. Reconheceu o papel da RAU como importante núcleo de unificação dos povos árabes na luta por sua independência. Bagdá proclamou sua solidariedade à política de neutralidade passiva da RAU. Recusou-se, porém, a submeter-se à direção de Nasser. Aí a origem das discordâncias, agravadas pelas pretensões de Nasser de tornar-se líder de todos os povos árabes. Que a RAU e sua política exterior anticolonialista são um fator altamente positivo no mundo atual, ninguém o nega. Mas isto não significa que todos os povos árabes que lutam por sua independência devam ficar sob a hegemonia da RAU.

Em resumo, se os imperialistas conseguissem um retrocesso no Iraque, a própria RAU seria golpeada ou pelo menos ficaria ameaçada seriamente.

O plano dos imperialistas é o mais elementar: apresentar o Iraque como um país comunicante, seu governo como «filocomunista», isolá-lo dos demais países árabes e torná-lo assim mais vulnerável às intrigas e aos ataques dos inimigos internos e externos da independência nacional.

O perigo que semelhantes intrigas criam para o Iraque paira também sobre a RAU. É isto o que Nasser

percebe ou não quer estabelecer relações econômicas com a República Árabe Unida, com ela concluindo um acordo comercial e um convênio de colaboração técnica. Reconheceu o papel da RAU como importante núcleo de unificação dos povos árabes na luta por sua independência. Bagdá proclamou sua solidariedade à política de neutralidade passiva da RAU. Recusou-se, porém, a submeter-se à direção de Nasser. Aí a origem das discordâncias, agravadas pelas pretensões de Nasser de tornar-se líder de todos os povos árabes. Que a RAU e sua política exterior anticolonialista são um fator altamente positivo no mundo atual, ninguém o nega. Mas isto não significa que todos os povos árabes que lutam por sua independência devam ficar sob a hegemonia da RAU.

Em resumo, se os imperialistas conseguissem um retrocesso no Iraque, a própria RAU seria golpeada ou pelo menos ficaria ameaçada seriamente.

O plano dos imperialistas é o mais elementar: apresentar o Iraque como um país comunicante, seu governo como «filocomunista», isolá-lo dos demais países árabes e torná-lo assim mais vulnerável às intrigas e aos ataques dos inimigos internos e externos da independência nacional.

O perigo que semelhantes intrigas criam para o Iraque paira também sobre a RAU. É isto o que Nasser

percebe ou não quer estabelecer relações econômicas com a República Árabe Unida, com ela concluindo um acordo comercial e um convênio de colaboração técnica. Reconheceu o papel da RAU como importante núcleo de unificação dos povos árabes na luta por sua independência. Bagdá proclamou sua solidariedade à política de neutralidade passiva da RAU. Recusou-se, porém, a submeter-se à direção de Nasser. Aí a origem das discordâncias, agravadas pelas pretensões de Nasser de tornar-se líder de todos os povos árabes. Que a RAU e sua política exterior anticolonialista são um fator altamente positivo no mundo atual, ninguém o nega. Mas isto não significa que todos os povos árabes que lutam por sua independência devam ficar sob a hegemonia da RAU.

Em resumo, se os imperialistas conseguissem um retrocesso no Iraque, a própria RAU seria golpeada ou pelo menos ficaria ameaçada seriamente.

O plano dos imperialistas é o mais elementar: apresentar o Iraque como um país comunicante, seu governo como «filocomunista», isolá-lo dos demais países árabes e torná-lo assim mais vulnerável às intrigas e aos ataques dos inimigos internos e externos da independência nacional.

O perigo que semelhantes intrigas criam para o Iraque paira também sobre a RAU. É isto o que Nasser

percebe ou não quer estabelecer relações econômicas com a República Árabe Unida, com ela concluindo um acordo comercial e um convênio de colaboração técnica. Reconheceu o papel da RAU como importante núcleo de unificação dos povos árabes na luta por sua independência. Bagdá proclamou sua solidariedade à política de neutralidade passiva da RAU. Recusou-se, porém, a submeter-se à direção de Nasser. Aí a origem das discordâncias, agravadas pelas pretensões de Nasser de tornar-se líder de todos os povos árabes. Que a RAU e sua política exterior anticolonialista são um fator altamente positivo no mundo atual, ninguém o nega. Mas isto não significa que todos os povos árabes que lutam por sua independência devam ficar sob a hegemonia da RAU.

Em resumo, se os imperialistas conseguissem um retrocesso no Iraque, a própria RAU seria golpeada ou pelo menos ficaria ameaçada seriamente.

O plano dos imperialistas é o mais elementar: apresentar o Iraque como um país comunicante, seu governo como «filocomunista», isolá-lo dos demais países árabes e torná-lo assim mais vulnerável às intrigas e aos ataques dos inimigos internos e externos da independência nacional.

O perigo que semelhantes intrigas criam para o Iraque paira também sobre a RAU. É isto o que Nasser

percebe ou não quer estabelecer relações econômicas com a República Árabe Unida, com ela concluindo um acordo comercial e um convênio de colaboração técnica. Reconheceu o papel da RAU como importante núcleo de unificação dos povos árabes na luta por sua independência. Bagdá proclamou sua solidariedade à política de neutralidade passiva da RAU. Recusou-se, porém, a submeter-se à direção de Nasser. Aí a origem das discordâncias, agravadas pelas pretensões de Nasser de tornar-se líder de todos os povos árabes. Que a RAU e sua política exterior anticolonialista são um fator altamente positivo no mundo atual, ninguém o nega. Mas isto não significa que todos os povos árabes que lutam por sua independência devam ficar sob a hegemonia da RAU.

Em resumo, se os imperialistas conseguissem um retrocesso no Iraque, a própria RAU seria golpeada ou pelo menos ficaria ameaçada seriamente.

O plano dos imperialistas é o mais elementar: apresentar o Iraque como um país comunicante, seu governo como «filocomunista», isolá-lo dos demais países árabes e torná-lo assim mais vulnerável às intrigas e aos ataques dos inimigos internos e externos da independência nacional.

O perigo que semelhantes intrigas criam para o Iraque paira também sobre a RAU. É isto o que Nasser

percebe ou não quer estabelecer relações econômicas com a República Árabe Unida, com ela concluindo um acordo comercial e um convênio de colaboração técnica. Reconheceu o papel da RAU como importante núcleo de unificação dos povos árabes na luta por sua independência. Bagdá proclamou sua solidariedade à política de neutralidade passiva da RAU. Recusou-se, porém, a submeter-se à direção de Nasser. Aí a origem das discordâncias, agravadas pelas pretensões de Nasser de tornar-se líder de todos os povos árabes. Que a RAU e sua política exterior anticolonialista são um fator altamente positivo no mundo atual, ninguém o nega. Mas isto não significa que todos os povos árabes que lutam por sua independência devam ficar sob a hegemonia da RAU.

Em resumo, se os imperialistas conseguissem um retrocesso no Iraque, a própria RAU seria golpeada ou pelo menos ficaria ameaçada seriamente.

O plano dos imperialistas é o mais elementar: apresentar o Iraque como um país comunicante, seu governo como «filocomunista», isolá-lo dos demais países árabes e torná-lo assim mais vulnerável às intrigas e aos ataques dos inimigos internos e externos da independência nacional.

Habeas-corpus para Moisés Calina

O Supremo Tribunal Federal acaba de conceder habeas-corpus em favor de Moisés Calina, tendo sido relator do feito o ministro Hanemann Guimarães.

Moisés Calina, após a insurreição de 1935, foi preso em 1936, e, sem nenhum processo, expulso para a Bessarábia. Entretanto, só em 23 de outubro de 1958 — portanto, 22 anos depois do decreto de sua expulsão — recebeu a Delegação de Estrangeiros a correspondente comunicação. No transcurso desse período, foi beneficiado com a anistia de abril de 1945.

Em face disso, Moisés Calina requereu o habeas-corpus que acaba de lhe ser concedido pelo S.T.F. O único voto contra foi o do ministro Barros Barreto, antigo juiz do famigerado Tribunal de Segurança Nacional.

NOTA ECONÔMICA

O lançamento da chamada Operação Nordeste não pode ser certamente desligada da conjuntura política, que já obriga o sr. Juscelino Kubitschek a agir em função das próximas eleições presidenciais. É fácil de perceber a intenção de ganhar o eleitorado de uma região, que não se beneficiou da ajuda do governo federal, sendo de modo rotineiro e circunstancial, como chega a reconhecer o próprio presidente, apresentando a Operação Nordeste, o senhor Kubitschek já conseguiu obter ali certo crédito de confiança, ainda que bastante precário, pois de modo geral, persistem dúvidas sobre a efetiva aplicação dos planos anunciados. A cartada é séria, porque, na ausência de eleitos práticos, o desprestígio do governo federal se tornará muito maior.

Seria errôneo, porém, exagerar este aspecto conjuntural de caráter meramente político e deixar de perceber que a Operação Nordeste resulta da pressão reivindicativa que, já há muito tempo, vêm fazendo as massas mais esclarecidas e as classes progressistas daquela região. Recordase, a propósito, o Congresso de Salvação do Nordeste, realizado há alguns anos atrás. A violenta seca dos dois últimos anos tornou ainda mais agudo o sentimento reivindicativo. E, nas recentes eleições, o tema do atraso do Nordeste e de suas exigências diante do governo federal esteve presente na campanha de muitos candidatos, especialmente na campanha do sr. Cid Sampaio, atual governador de Pernambuco. A Operação Nordeste é, assim, o primeiro resultado de um movimento reivindicativo. Naturalmente, ainda não se trata de um resultado concreto no sentido econômico, mas de projetos a serem executados.

Qual o caráter destes projetos? Que encerram de trabalho que teve à frente o sr. Celso Furtado. Este passo inicial é positivo no sentido de que, pela primeira vez, deixa o governo federal de focalizar o Nordeste sob o prisma exclusivo das secas e da assistência.

positivo e satisfatório? É isto que convém examinar. O documento básico da Operação é o relatório intitulado «Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste», elaborado por um grupo de

trabalho que teve à frente o sr. Celso Furtado. Este passo inicial é positivo no sentido de que, pela primeira vez, deixa o governo federal de focalizar o Nordeste sob o prisma exclusivo das secas e da assistência.

cia aos flagelados, compreendendo que se trata de algo muito mais sério, isto é, de traçar toda uma política econômica e executar um programa concreto com caráter global. A construção da hidrelétrica de Pau-

lo Afonso preparou indistintamente o terreno para isto, mas, tendo sido iniciativa isolada, não foi capaz de provocar qualquer mudança em profundidade, como demonstra a experiência de vários anos.

O desenvolvimento das regiões atrasadas do país, exige um programa do governo federal, como na sua Declaração de março de 1958, formulavam os comunistas, dando ênfase especial à industrialização do Nordeste.

um terço dos habitantes do país. A questão é mais séria, porque, desenvolvendo-se demasiado lentamente, o Nordeste se distancia cada vez mais do Centro-Sul (sob cujo conceito se incluem os estados litorâneos, do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul, e os estados mediterrâneos: Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás). No período compreendido entre 1948 e 1956, a produção real do Nordeste cresceu em 37%, o que corresponde a uma taxa acumulada de 4,0% anual. No Centro-Sul, o crescimento foi de 51,2%, ou seja, a uma taxa anual de 5,3%. No mesmo período, a produção agropecuária nordestina cresceu de 25,2% e a industrial de 49,8%, ao passo que no Centro-Sul o crescimento foi de 32,4% para a produção agropecuária e de 81,2% para a

Estes dados, extraídos do citado relatório, certamente são apenas aproximados, levando em conta sobretudo a grande precariedade dos cálculos de produção agropecuária em nosso país, com exceção dos Censos. São dados, porém, em que se reconhece o reflexo relativamente fiel de uma realidade objetiva.

ASPECTOS DA OPERAÇÃO NORDESTE (I)



A infância é objeto de atenções especiais no conjunto de medidas propostas pelo Partido Comunista da Tcheco-Eslôvaquia para elevar o nível de vida do povo. Uma dessas providências consiste em aumentar de 500 milhões de coroas por ano a quantia destinada ao pagamento do salário-família.

Reduzindo o número de horas de trabalho por dia — outra das providências propostas pelo Partido — os trabalhadores terão mais tempo para dedicar-se ao esporte e às atividades culturais, em geral.

NO MUNDO SOCIALISTA: O REVERSO DA MEDALHA

A Tchecoslováquia Tem Plano Para Elevar o Nível De Vida

Trabalhadores de todo o país discutem nas fábricas, sindicatos, organizações políticas, os melhores meios de realizar o plano do governo para aumentar os salários, construir mais habitações, elevar o salário-família e as pensões mais baixas, e diminuir as horas de trabalho

DOIS QUADROS OPOSTOS

Neste exato momento em que, sob o clamor do povo e pressionado pelas lutas dos trabalhadores, o governo anuncia um plano de contenção do custo de vida, no Brasil, num outro país, na Tchecoslováquia socialista, coisa diferente se passa. Também lá se discute, não sobre como conter a carestia, mas sobre a forma de elevar o nível de vida do povo.

O Comitê Central do Partido Comunista Tchecoslovaco, o maior dos partidos governantes, no país, dirigiu uma carta aos trabalhadores submetendo à sua apreciação uma das questões mais importantes da época da conclusão da edificação socialista — a elevação do nível de vida do povo. No documento, o Partido Comunista, levando em conta a existência de numerosos fatores positivos na economia nacional, afirmou ser possível

assegurar a realização das seguintes medidas, que submeteu a todo o povo para que este se pronunciasse sobre os modos de sua realização:

SALÁRIOS

Durante os dois próximos anos, aumento de mais de 7 por cento no salário nominal dos trabalhadores da indústria, isto é, uma média de cem coroas por operação e por mês. Aumento de salários notadamente nos ramos que ocupam um lugar fundamental na economia nacional, como é o caso das indústrias de combustíveis e siderurgia.

HABITAÇÕES

Construção de um milhão e duzentas mil habitações até 1970. Destas, quatrocentas e setenta mil deverão estar concluídas até 1965.

ABONOS - FAMÍLIA

Aumento anual de quinhentos milhões de coroas.

PENSÕES

Aumento anual total de cento e cinquenta milhões de coroas para as pensões mais baixas.

PREÇOS

Proseguimento sistemático da política de redução de preços que se aplicará, em primeiro lugar, aos produtos alimentícios e manufaturados de maior consumo.

EMPREGOS PARA MULHERES

Serão criados, até 1975, duzentos mil novos empregos para donas de casa.

DURAÇÃO DO TRABALHO

Diminuição gradual das horas de trabalho, notadamente nas minas, usinas de fundição e outros trabalhos fatigantes e insalubres.

UM DEBATE NACIONAL

Estas medidas foram discutidas nas organizações de todos os partidos políticos do país, nas organizações de massas e principalmente nos sindicatos. Todos os trabalhadores que o desejaram, puderam manifestar-se sobre elas.

E os primeiros resultados já surgiram. Telegrama

precedente de Viena (Áustria) e publicado no dia 9 último na «Última Hora», informa que uma redução de cerca de 10% será aplicada (na Tchecoslováquia), a partir de hoje aos preços de uns cinquenta artigos indispensáveis. Também alguns artigos mecânicos, como relógios, custarão menos.

Por outro lado, é compreensível que, para opinar sobre problemas tão importantes, relacionados com a gestão da economia e do Estado, os trabalhadores devem conhecer o conjunto dos problemas. Dêsse modo, a questão assume muito maior profundidade, pois o debate se

torna, de fato, uma ampla escola para o povo e a democracia se realiza de uma maneira incomparável.

E, desde que se torna inevitável uma comparação entre os dois sistemas, não se pode deixar de reconhecer a superioridade do socialismo que, por isso, vence, e da qual até mesmo o presidente Juscelino Kubitschek mostra estar convencido quando declara que, dentro de alguns anos, a renda nacional per-capita na URSS será o dobro da dos Estados Unidos.

Por que, então, dizer que a carestia flagela todos os países?

... «É de meu dever salientar que não temos o triste privilégio ou o monopólio do custo de vida em alta. De certa maneira, em todos os países do mundo, a começar pelos mais afortunados e poderosos, o mesmo fenômeno se observa. Basta fazer um exame comparativo, uma inspeção no horizonte e verificaremos que não há nenhuma economia tranquila». São palavras do presidente Juscelino Kubitschek, ao anunciar o seu novo plano de contenção da carestia.

Correspondem à verdade? Se o presidente teve em conta apenas o mundo do capitalismo — o tão decantado «mundo livre» — com o seu cortejo de desemprego e lucros desenfreados dos trusts e monopólios, com sua eco-

nomia decadente, neste caso está certo: Se pensou apenas nos países coloniais ou, como o nosso, dependentes das potências imperialistas, também são corretas suas conclusões.

Entretanto... nem só de capitalismo se compõe o mundo de hoje. Um terço da humanidade já vive em outro regime, no socialismo. E o presidente errou quando se esqueceu do mundo socialista, pois por mais que se inspecione o horizonte desse mundo, será impossível descobrir qualquer coisa em comum com o desemprego ou a redução do nível de vida da população, com o enriquecimento de um punhado de privilegiados em detrimento do bem-estar da esmagadora maioria do povo.

MANOLIS GLEZOS — HERÓI GREGO CONDENADO Á MORTE

Há várias semanas, a imprensa mundial menciona freqüentemente o nome de um herói grego — Manolis Glezos — condenado à morte em sua Pátria. Este mesmo nome ressoou há anos ante a mesma ameaça: a pena capital.



Manolis Glezos nasceu em 1922 em Aspiranthis, na ilha grega de Naxos. Aos 14 anos chegava a Atenas, onde terminou o curso ginasial em 1940. Nesse ano matriculou-se na Escola Superior de Ciências Econômicas e Comerciais. E então, jovem estudante, tornou-se célebre por um feito que ficou inscrito para sempre na história das lutas antifascistas dos povos. Na noite de 30 de maio de 1941, juntamente com seu companheiro, o estudante da Faculdade de Direito A. Santos subiu à Acrópole, onde se encontrava a bandeira nazista da cruz gamada, símbolo do domínio hitlerista, e rasgou-a, eliminando-a.

Expondo a própria vida, dava o sinal para o desencadear da luta antifascista. Foi como que uma mensagem de combate dirigida a todos os povos da Europa ocupada então pelas hordas fascistas. Os chefes nazistas deram ordem para condenar à morte o autor da audaciosa façanha.

Iniciada a luta pela expulsão dos nazistas, Glezos dela participou ativamente. Em 1942 foi detido pelos alemães no cárcere Avarof. Recapitou a liberdade e foi novamente preso. Em 1944 conseguiu fugir do cárcere Syngiro, e continuou a luta de libertação do povo grego.

O fim da guerra significou o término das perseguições que lhe eram movidas pelos nazistas. Mas as autoridades reacionárias da Grécia irritaram-se com sua atividade jornalística no jornal Bissopastis. Em 1948 foi novamente preso e mais uma vez condenado à morte por um tribunal militar especial. Os veementes protestos do po-

vo grego e da opinião pública mundial impuseram a suspensão da pena. Em 1949, nova condenação à morte por tentar fugir para a França. Mas também desta vez, graças à onda de protestos na Grécia e no estrangeiro, foi evitada sua execução.

Glezos estava ainda na prisão quando foi eleito deputado, em 1951. Com imunidades parlamentares, conquistou a liberdade. Desde então passou a trabalhar no jornal ateniense Avgli, do qual é diretor a partir de 1956. Na sua atividade política, é membro da direção do partido EDA (desde 1951).

Aceusaram-no de traidor. Novamente sentenciaram-no à morte. Quem pode crer que trairia sua Pátria um homem que por ela tem exposto tantas vezes a vida?

Seu crime consiste em reclamar melhores condições de existência para o povo grego, lutar pela autodeterminação de Chipre, pela paz entre os povos.

Espetacular Vitória Dos Comunistas Franceses

Firma-se o PC como o primeiro partido da França

Com o segundo turno das eleições municipais na França, domingo último, contou-se a vitória espetacular do Partido Comunista. Mais uma vez, desde o fim da segunda guerra mundial, o Partido Comunista Francês sai de um pleito como o primeiro partido, o partido majoritário.

Contra ele, desta vez, toda a força foi mobilizada para fraudar os resultados das eleições. Modificou-se o sistema eleitoral, levaram um "homem forte" ao Poder, concluram as mais disparatadas alianças anticomunistas, que iam desde o partido de de Gaulle — a União da Nova República — até os socialistas, passando pelos "Independentes" e os "moderados".

Os resultados foram negativos para a reação. A porcentagem global dos votos do PCF aumentou inclusive em relação a 1953, passando de 26,7 a 29%, em Paris. Na Capital os comunistas ganharam 52.600 votos sobre os resultados anteriores. Aumentou sua representação também em Marselha, Lille, Nantes, Nice, no Havre, em

Lyon, Nancy, Strasburg e Saint-Etienne.

O resultado global do primeiro turno em relação ao ano passado (eleições à Assembleia Nacional) sobiu de 19,5 por cento para 27,7%.

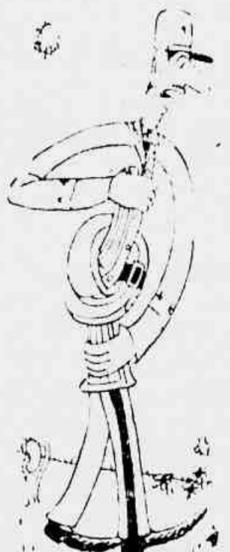
O SEGUNDO TURNO

Domingo, 15 de março, no segundo turno, o PC manteve a sua vantagem do domingo anterior.

TÁTICA DO PCF

Em 13 de janeiro deste ano, reunido em Ivry, o Comitê Central do Partido Comunista Francês adotou a tática eleitoral que o levou ao triunfo nas eleições municipais de 8 e 15 de março. Foi decidido então batizar o caminho nos homens da reação e do fascismo e fazer das municipalidades cidadelas de defesa da República.

Os comunistas franceses haviam resolvido que, no caso de ser impossível uma lista de unidade entre os republicanos, o PCF proporia a existência de outras listas em favor da sua, desde que ela estivesse a frente. Caso contrário, os candidatos comunistas desistiram em favor da lista republicana que se encontrasse em primeiro lugar e que se pronunciasse



A "OPERAÇÃO NORDESTE"

(Conclusão da 4.ª pag.)

ver a produção industrial que se pretende criar.

Tão gritante é a omissão dos planejadores do OPENO com relação à questão da reforma agrária, que chega para merecer reparos causticantes de um órgão como o «Jornal do Brasil», do Rio de Janeiro, o qual, depois de se proclamar conservador e insuspeito, afirma, em editorial, que «os partidos políticos do centro» precisam tomar em «suas mãos a poderosa bandeira da reforma agrária»; que a redistribuição de terras

«na França data do século XVIII, na Inglaterra, um certo tipo de reforma agrária foi pôsto em prática ainda em tempos medievais e na maioria dos países desenvolvidos do Ocidente, o latifúndio mal chega a constituir preocupação dos governantes».

E acrescenta o velho órgão conservador: — «não é o que se verifica no Brasil, onde grande parte do ecúmeno é subtraído ao cultivo, ano após ano, pela má orientação ou pela falta de espírito público de grandes proprietários. A frente desses grandes proprietários figura, nunca é demais lembrar, a própria União». E assim conclui o «Jornal do Brasil»: — «A reforma agrária figura nos programas instituídos e nos programas eleitorais de todos os nossos partidos políticos, sem exceção conhecida. Os projetos a respeito introduzidos no Parlamento são, entretanto, misteriosamente engavetados, jamais se interessando o governo, de modo eficiente, pela solução do problema inadiável. Agora mesmo, quando o assunto do dia é a recuperação do Nordeste, silêncio inexplicável cai sobre o reforma agrária. E todos sabemos que sem ela não pode haver desenvolvimento nordestino. Basta lembrar que as melhores terras aráveis do Polígono das Sêcas se encontram em torno dos açudes. E que estes, em grande parte, se acham encravados em latifúndios».

Teoria e prática

Ditadura da Burguesia e Ditadura do Proletariado

RESPOSTA AO LEITOR DARIO A. PAULA

O materialismo histórico ensina que o conceito de ditadura está intimamente relacionado com o conceito de Estado. A ditadura é a forma pela qual a classe social (ou as classes sociais) que domina o Estado exerce o seu poder sobre a classe (ou as classes) que não tem em suas mãos o domínio estatal. Desse modo, o Estado é sempre uma ditadura. Não existe, nem existiu jamais, em parte alguma, um Estado que se mantivesse acima das classes, que não se orientasse no sentido de assegurar os interesses de determinadas classes contra outras, que fosse, enfim, uma democracia pura.

Os ideólogos burgueses costumam tergiversar este problema, com o objetivo de confundir as massas populares. Assim é que apresentam o Estado burguês como um padrão perfeito de democracia, enquanto procuram exibir o Estado socialista como um exemplo dos horrores da ditadura. Essa mistificação, entretanto, ilude a um número cada vez menor de pessoas. Justamente por se contrapor à realidade, ela perde terreno dia a dia.

A verdade é que, enquanto existir o Estado, as classes que o detêm recorrem à ditadura — como instrumento de preservação e defesa dos seus interesses, contra as classes que não se acham no poder. Este é o traço comum entre a ditadura do proletariado e a da burguesia.

Há, porém, entre esses dois tipos de ditadura uma diferença essencial, que condiciona todas as demais. É que a ditadura da burguesia se volta contra a maioria esmagadora da população: as massas trabalhadoras, os pequenos produtores individuais, o povo. Esta ditadura assegura o domínio da propriedade privada capitalista e o monopólio da terra, o iníquo direito de uma minoria explorar o trabalho dos assalariados, aos quais são negados direitos humanos elementares, tanto no terreno econômico como político. As lutas das massas pela conquista de suas reivindicações encontram sempre a resistência do Estado burguês, que não vacila inclusive em recorrer à violência e à repressão armada. E' nesses momentos principalmente que o Estado burguês revela o que é: uma ditadura a serviço dos exploradores.

A ditadura do proletariado, ao contrário, se exerce contra uma ínfima minoria de exploradores, contra as classes (latifundiárias e burguesia), que antes detinham o poder e colocavam a seu serviço a esmagadora maioria da sociedade. A ditadura do proletariado (cujas formas variam de acordo com as condições históricas e de cada país) é o instrumento necessário a que recorrem os trabalhadores para esmagar a resistência das velhas classes e consolidar o seu poder. Constitui um período de transição — da passagem do capitalismo ao comunismo. Sobrevive só enquanto se torna necessária a existência do Estado.

É necessário, contudo, assinalar, como muitas vezes o fez Lênin, que o fato de o Estado burguês ser uma ditadura, não significa que o proletariado se submeta a esse poder ditatorial e não dê a devida importância à questão da conquista e do exercício das liberdades democráticas. Ao contrário, o proletariado consciente sabe que quanto mais amplas e sólidas forem as liberdades, conquistadas através de suas próprias lutas, mais favoráveis serão as condições para que possa travar o combate pelos seus objetivos finais. Daí interessar fundamentalmente aos trabalhadores uma sistema político que lhes permita fazer uso do maior número possível de liberdades e direitos.

Uma das tendências sectárias que entrava a participação dos comunistas no movimento de massas é a falta de confiança na possibilidade de um caminho pacífico para a revolução brasileira em sua etapa atual. Esta tendência se traduz no menosprezo pelas formas legais de luta, na falta de atuação de numerosos comunistas nas organizações de massas, no seudoesmo pelas chamadas «formas de luta mais altas e vigerosas», que tanto isolaram os comunistas das massas num passado recente.

Nas eleições de outubro último, tal incompreensão revelou-se na falta de entusiasmo com que muitos militantes encaram a campanha eleitoral, na insignificância de alistamento de novos eleitores pelos comunistas. Ainda pouco nos filiaram de vanguarda da classe operária e velha concepção sectária de que as eleições não resolvem. Muitos não compreenderam que, nas condições atuais de nosso país, as eleições representam um instrumento importante que os trabalhadores e o povo podem e devem utilizar para influir nos rumos de política nacional, para modificar a composição do parlamento e do governo num sentido favorável aos interesses nacionais e populares.

Esta concepção errônea parte da idéia predominante por muito tempo nos filiais comunistas, de que somente os meios de luta legais ou violentos podem ser considerados revolucionários. É uma idéia esquerdista, de fundo pequeno-burguês, que Lênin combatia em seu livro «O esquerdismo, doença infantil do comunismo», ao afirmar: «Os revolucionários insipientes imaginam, frequentemente, que os meios legais de luta são oportunistas, porque neste terreno (sobretudo nos períodos chamados apacíficos, nos períodos não-revolucionários) a burguesia enganava e iludia com particular frequência os operários, e que as precárias lutas são revolucionárias. Tal afirmação, entretanto, não é justa. Lá, ela mostra a necessidade de combinar os meios de luta legais e ilegais, entendendo que, em muitas situações, a utilização dos meios legais de luta é não apenas necessária mas obrigatória para os comunistas».

No momento atual, as condições políticas existentes no Brasil determinam a possibilidade do desenvolvimento pacífico do movimento revolucionário. Apesar das restrições antidemocráticas ainda vigentes, o povo dispõe de meios legais para a sua luta — pode atuar nos sindicatos e nas organizações de massas. Embora sujeita a limitações injustificáveis, há liberdade para a manifestação do pensamento através da imprensa. Participando das eleições, as massas podem influir na constituição do parlamento e do governo, enquanto sejam mantidas discriminações contra os comunistas e certos entraves à livre manifestação da vontade do eleitorado.

Quando as massas podem obter êxito em sua luta empregando meios pacíficos e legais, não renunciam a estes meios. Esta é a verdade, comprovada pelos acontecimentos políticos em nosso país nos últimos anos. Nestas condições, para os revolucionários é não ape-

que interpretam o caminho pacífico como um idílio entre as classes, como algo semelhante à «paz social». Nada mais falso, entretanto. O caminho pacífico não significa, de modo algum, que os trabalhadores, as forças nacionalistas e democráticas possam alcançar vitórias deixando as coisas correrem espontaneamente, sem travar lutas e entrar em choque com o imperialismo americano e seus agentes internos. Significa apenas que, nas condições presentes, as massas podem obter êxito em suas lutas sem recorrer à insurreição armada ou a guerra civil. Por isso, utilizam, as formas legais de ação política. Estas formas de luta de massas não excluem, porém, os conflitos por vezes agudos com as forças antinacionais e antipopulares.

Finalmente, é necessário ter em vista que a escolha das formas de luta não depende apenas do proletariado e das outras forças patrióticas. Se o inimigo empregar a violência contra as forças pro-

O CAMINHO PACÍFICO DA REVOLUÇÃO

gressistas, se já não existirem possibilidades de êxito por meios pacíficos, surgirá então outra possibilidade — a da solução não pacífica. Neste caso, a responsabilidade recairá inteiramente sobre as forças reacionárias que provocarem a violência.

Há quem se refira à luta armada vitoriosa do povo cubano contra a ditadura de Batista como um exemplo a ser seguido. Este exemplo, precisamente, demonstra que as massas empregam a luta armada em resposta à violência da reação. Contra a ditadura sanguinária de Batista, que suprimiu as liberdades, afogou em sangue as greves operárias e as lutas estudantis e populares, o único caminho possível e necessário foi a insurreição. A experiência do povo cubano merece ser estudada e meditada. Seria errôneo, porém, pretender transplantá-la para outros países onde a situação política, nas condições atuais, é diferente da situação em que se encontrava Cuba sob o jugo de Batista.

Em geral, os comunistas que se opõem à possibilidade de um caminho pacífico de luta revolucionária, pensam que este conceito importa na negação da luta de classes, dos choques e conflitos entre as forças políticas. Realmente há pessoas sob a influência de concepções oportunistas

(Conclusão da 1ª página)

considerando inclusive que o sr. Jânio Quadros — candidato abertamente entreguista e reacionário — é um deputado eleito pelo Partido Trabalhista.

De um modo geral, as declarações do sr. João Goulart encontraram simpática repercussão entre os trabalhadores e as forças nacionalistas. Pode-se mesmo conside-

ESTANCAR A SANGRIA DE REMESSA DE LUCROS

rar que são justas as idéias emitidas pelo presidente petebista sobre a próxima campanha eleitoral. De fato, nosso povo não pode aceitar que a sucessão presidencial seja, como tem sido até agora, «um problema de mera escolha de nomes e de fórmulas

partidárias, sem atenção à sua significação popular». Isso significa que não podem ser admitidas candidaturas como a de Jânio Quadros, nem cambalachos como o que se faz em torno de nomes como o do sr. Juraci Magalhães.

Um aspecto impor-

tante nas declarações do sr. Goulart é o que se refere à necessidade de serem realizadas, ainda pelo atual governo, reformas de ordem econômica e social de caráter nacionalista e que assegurem melhor nível de vida aos trabalhadores. Essas reformas, segundo o presidente, do PTB, devem ser «os rumos para os dois últimos anos do atual governo e a forma de encaminhamento da sucessão presiden-

cial». Tal declaração, em que se pode apontar uma justa crítica ao governo de JK, expressa sem dúvida um ponto-de-vista comum das forças nacionalistas.

É de esperar-se que o sr. João Goulart, cujas omissões vinham sendo estranhadas nos últimos tempos pelos trabalhadores, imprima de fato ao seu partido, em face dos atuais problemas do país, a orientação anunciada em sua entrevista.

OS NÚMEROS APOIAM LOTT

Os dados abaixo, confessados pelas autoridades responsáveis pela política econômico-financeira, mostram que o marechal Lott está certo:

Juros, lucros e dividendos	85 milhões de dólares
«Royalties» e «Assist. técnica», cerca de 150
Deficit do país, em 1958	307

Como os números comprovam, só as remessas do capital estrangeiro contribuíram com mais de 66 por cento para o deficit apresentado pelo país no ano passado. Até quando o Brasil suportará tal sangria?

Solidariedade aos presos políticos do Paraguai

As últimas notícias do Paraguai não indicam modificação na situação política do país. Continuam as fugas em massa para as fronteiras, continuam as prisões pela polícia política do tirano Stroessner. (Ver reportagem sobre a situação no Paraguai em NOVOS RUMOS n.º 3).

Entre as vítimas das perseguições políticas da ditadura paraguaia encontram-se queridos dirigentes do Partido Comunista, provados combatentes pela independência nacional e pela democracia. Do Secretariado do Comitê Central do PC paraguaio, estão nos cárceres de Stroessner Antônio Maidana, professor, e Alfredo Alcorta, economista conhecido, além de dois membros do CC, o professor Júlio Rosa e o líder trabalhista (da construção civil) Juan Mora.

A vida destes patriotas está em perigo, como aliás a vida de qualquer

preso nas mãos das autoridades paraguaias, que não vacilam inclusive em eliminá-los fisicamente.

Por isso, um natural movimento de solidariedade se esboça aos presos políticos paraguaios.

Respondendo às indagações que nos têm sido feitas por telefone e por carta, damos aqui alguns endereços aos quais podem ser dirigidos os protestos (em telegrama ou carta) junto às autoridades paraguaias.

Presidente Stroessner — Palácio do Governo — Asunción — Paraguai.

Presidente da Junta do governo do Partido Colorado — Calle 25 de mayo, Taquari — Asunción — Paraguai.

Presidente da Câmara dos Deputados — Calle Cerro Corá — esq. Santa Fé — Asunción — Paraguai.

Presidente da Suprema Corte — Calle Chile, 14 de Julio — Asunción — Paraguai.

HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO (IV)

O terceiro dos grandes socialistas utópicos não era, como Saint-Simon e Fourier, de nacionalidade francesa. ROBERT OWEN, industrial e banqueiro inglês, viveu entre 1771 e 1858. Dirigindo uma grande fábrica na Escócia, reduziu a jornada de trabalho — que era de 13, 14 e mais horas — para 10 horas e meia, fundou uma escola-modelo para as crianças, organizou uma creche e um jardim de infância para os filhos dos operários. Suas idéias filantrópicas conduziram-no ao comunismo e, convencido de que poderia realizar sua parte para a América, a fim de organizar a colônia comunista «Nova Harmonia». Entretanto esse empreendimento fracassou e Owen voltou à Inglaterra. Ali, ao mesmo tempo que tomava parte no movimento sindical, organizou em 1822, com sua fortuna, o «Banco da Justiça», no qual os artesãos deviam intercambiar os produtos do seu trabalho por outros de igual valor. Mas os planos de Owen sofreram nova derrota e dois anos depois o banco fecha as portas.

Owen pugnou com perseverança pela difusão de suas idéias, contribuindo muito para a instrução dos operários ingleses. Considerava a sociedade burguesa tão imperfeita como a feudal e puramente transitória. Aspirava a suprimir as contradições de classe, a estabelecer a igualdade social entre os homens. Criticava severamente o regime capitalista: a propriedade privada, a estrutura de classe, a divisão do trabalho, o império da

concorrência, a crescente pauperização dos operários. «Que loucura», exclamava, cheio de indignação, — que o sistema social desenvolvido de nosso tempo tenha sfestado de seu caminho esta força enorme; que, em lugar de riquezas e virtudes, ele não engendre mais do que miséria e crimes!» Foi grande a contribuição das idéias de Owen para o desenvolvimento do movimento sindical e da legislação trabalhista na Inglaterra, em particular nas décadas de trinta e quarenta do século passado. Dele disse Engels: «O nome de Robert Owen se liga a todos os progressos reais, a todos os movimentos sociais da Inglaterra que interessam à classe operária» (Engels) — «Socialismo utópico e socialismo científico».

Entretanto, ele padecia das mesmas limitações básicas de Saint-Simon e Fourier. Não compreendeu o papel revolucionário da classe operária, tinha ilusões em que as classes dirigentes e governos de então atendessem ao seu apelo e colaborassem para a instauração de uma ordem social razoável. Assim, chegou a encaminhar seus projetos, — em vão, é claro, — ao czar Nicolau I, da Rússia, a rainha Vitória e a outros potentados. Supunham erroneamente que a raíz de todos os males estava na ignorância dos homens e acreditavam mesmo, como vimos, ser possível construir, no capitalismo, colônias comunistas.

Que se pode concluir sobre as doutrinas de Fourier, Saint-Simon e Owen? Que

significação tiveram essas doutrinas na história do movimento operário? Seus sistemas utópicos foram concebidos no período inicial da luta entre os operários e a burguesia, quando a contradição entre essas duas classes não se tinha ainda tornado suficientemente clara. É certo que compreendem bem esse antagonismo, mas, dado o pouco desenvolvimento então existente da luta social, consideraram-se muito acima de todo antagonismo entre as classes». (Marx e Engels — «Manifesto do Partido Comunista»). Não reconhecendo o proletariado como força historicamente independen-

tesse dois aspectos principais das doutrinas dos grandes socialistas utópicos definem o caráter progressista que essas doutrinas tiveram ao surgir. O socialismo utópico, ou melhor, «o socialismo e comunismo crítico-utópicos», como também o chamaram Marx e Engels, constituiu uma etapa necessária, um passo adiante no desenvolvimento das teorias socialistas. O socialismo utópico, representado por Saint-Simon, Fourier e Owen, foi uma das fontes teóricas do socialismo científico, fundado mais tarde por Marx e Engels. Por isso, aqueles três grandes espíritos da humanidade ocupam, de pleno di-

esse esforço de imaginação para negar a luta perdem todo valor prático, toda justificação teórica». (Marx e Engels — «Manifesto do Partido Comunista»).

O próprio Owen, aferrado aos seus sonhos, entra em conflito cada vez mais aberto com o movimento real dos trabalhadores, desligando-se, afinal, do movimento sindi-

cal. Se a muitos títulos os três grandes socialistas utópicos foram revolucionários, as seitas fundadas por seus discípulos eram já de fato reacionárias, os seus líderes foram-se transformando rapidamente em socialistas ou conservadores. Opõem-se encarnicamente a toda ação política da classe operária e acabam, muitos

deles recebendo dinheiro dos cofres da burguesia, em nome da realização impossível dos seus castelos no ar.

Não é assim de estranhar que os fourrieristas, na França, e os owenistas, na Inglaterra, tenham-se oposto às vigorosas lutas dos operários ingleses e franceses, lutas a que, em seguida, nos referiremos.

Os Méritos do Socialismo Utópico

te, chamada a realizar sua política própria de emancipação, eles substituem a atividade social dos operários, a organização gradual e espontânea destes, por tentativas ilusórias de organização social, pela imaginação fantástica das condições de uma nova sociedade. Entretanto, atacam em suas obras as bases da sociedade capitalista, o que teve grande importância, na época, para o esclarecimento dos operários. A esse mérito notável de Saint-Simon, Fourier e Owen junta-se o de terem proclamado a sociedade a construção de um novo regime social, de caráter socialista e comunista.

Um lugar definitivo na história do movimento operário. Seus nomes merecem até hoje, e continuarão a merecer no futuro, o respeito e a consideração de todos os trabalhadores esclarecidos, conscientes.

Ao mesmo tempo, não se pode deixar de ter presente o lado negativo do socialismo utópico. Elaborado fora e a margem do movimento operário, ele foi revelando cada vez mais o seu caráter não científico, o seu caráter de teoria não madura, de seita, estranha à luta real da classe operária. De fato, «a medida que a luta de classe se acentua e toma forma, esse desdem fantástico da luta,



NOTAS SOBRE LIVROS

De Um Livro de Memórias

Tal o título dado por Luis Edmundo a cinco volumes...

No fundo ou no centro da cena aparecem as belezas e feiuras da cidade carioca...

O velho poeta e jornalista Luis Edmundo, também homem de negócios...

REGISTRO

ADALGISA NERY - A imitadora. Romance. Livraria José Olympio Editora.

como poetisa, tendo também publicado um livro de contos...

ASTROJILDO PEREIRA

concluiu. E de repente um romance! A pura ilusão do talento literário...

Surpreendente e extraordinária Adalgisa Nery!

AUGUSTO FREDERICO SCHMIDT - As Florestas, páginas de memórias...

Estranha dualidade, a deste homem!

PAULO DE CASTRO - Terceira Força. Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro.

BRASIL - ITALIA. Documentário da visita oficial ao Brasil do Senhor Giovanni Gronchi...

OPERACAO PAN-AMERICA. NA Documentário II. Também publicação oficial do Serviço de Documentação da Presidência da República...

Poitier e Curtis desmentem o mito racial

MUITOS foram os que consideraram Hollywood esmagada pela concorrência da televisão...

Porém, nos últimos anos alguns dos filmes que obtiveram maior êxito junto ao público...

O segredo deste processo renovador resume-se em um "sopro de ar"...

OS ACORRENTADOS

Defiant Ones) é o terceiro trabalho direcional de Stanley Kramer...

Sob a aparência de uma história...



OS ACORRENTADOS

tória, política, com a caça a dois foragidos da lei, "The Defiant Ones" repousa sua base dramática no "conflito racial"...

Aos poucos a convivência forçada, os perigos enfrentados e umas poucas confidências...

DE UMA PRISÃO DE ESPANHA AO POETA RAFAEL ALBERTI

Caro Rafael: Apesar da sentença do regime franquista que usava, inutilmente, a palavra "homem" e suas idéias...

Presos políticos espanhóis enviaram ao poeta Rafael Alberti, exilado hoje na Argentina, a mensagem de Ano Novo que reproduzimos aqui

coloca tua mão de homem e de poeta sobre nosso coração vazio e golpeado. Vive conosco. Centenas e centenas de seres humanos continuam enterrados vivos nas prisões da ditadura...



...a firme esperança de nos encontrarmos brevemente sob o sol livre de Espanha.

...necessário estar cego, ter dentro dos olhos pó de vidro" para não ver que já soa essa hora em nossas mãos...

Na Idade Média e cancelário de Inglaterra, homem amigo das letras e muito mais amigo de copo e engulhos um epigrama latino que aplica à gente portuguesa.

Beati lusitani! Apud quos vivere est bibere.

Achava o letrado que era excelente esse equívoco ou trocado como lhe chamavam em que beber e viver eram duas coisas indistintas numa só verdadeira, entre portugueses.

com e cair da noite teve de pedir pouso e albergue numa cabana de pastores que ali havia.

Estava a pobre gente à mesa e comia com o apetite e o alívio que lhe davam as

fadigas terminadas no duro labor das vinhas. Esperou o cancelário pelo postre e, como lhe parecia tardar alguma coisa, de-embaraçadamente pediu vinho.

bebemos coisa alguma. E ali estão naquele cofre as moedas que nos deram pela colheita.

O cancelário do rei inglês estive a meditar um pouco sobre a falácia dos epigramas, não menor que inconsciência das letras.

— Nós em verdade trocamos o V por B e pela mesma regra trocamos o vinho pelo xelim, que é bem melhor que o B do vosso epigrama.

Ao levantar-se, o cancelário deixou sobre a mesa a blinde libras esterlinas contra as quais ninguém fez reclamação literal ou epigramática.

Essa história (diz o Dr. Gronovius) está muito mal contada porque os camponeses não são abstêmios e nem o xelim é B, salvo no alfabeto britânico em que P e a libra. O que é mais digno de crédito é que o cancelário, segundo o costume inglês, bebesse as vinte libras da conta, nessa noite de memorável peregrinação, e bebeu pouco.

CINEMINHA * CINEMANHA

BARÃO DE ITARARI

TRES CASTANHAS OU QUATRO

Um amestrador de macacos, na provincia de Sung, era louco por macacos e tinha muitos sob a sua guarda. Ele conversava com eles e os macacos o entendiam muito bem.

Mas chegou o tempo em que não havia muita comida em casa e ele teve a intenção de suprimir-lhes a ração. O amestrador, porém, temia que os macacos não aprovassem esta resolução e resolveu enganá-los.

— Eu quero dar a vocês três castanhas de manhã e quatro à noite — disse ele. — Isto será suficiente?

Todos os macacos, como um só homem, se levantaram para expressar a sua raiva. — Bem, Mas que tal acham se eu lhes der 4 de manhã e três à noite? — perguntou-lhes.

Então, os macacos agacharam-se de novo, mostrando-se muito satisfeitos.

Qualquer coincidência é mera semelhança

Esta fábula encontra-se num velhíssimo livro chinês, atribuída ao filósofo Lieh Tzu (Lich Yu-Kou), que viveu provavelmente entre o sétimo e o quinto séculos antes de Cristo, e foi usada por ele para aconselhar seu soberano a enganar o povo, que estava faminto.

Para que seja assim resistem nossos corações. Para que seja assim devemos erguer nossas vozes. Esta é nossa mensagem, Rafael. Rogamos-te que, em nosso nome, em nome de centenas de presos políticos, transmitas, por todos os meios de divulgação ou comunicação a teu alcance, nossa saudação à emigração espanhola e nosso reconhecimento por seus estorços na luta pela anistia.

Carinhosamente, de uma prisão de Espanha.

Deus lhe pague!

A profissão de mendigo só prolifera e se alastra nas regiões subdesenvolvidas, onde a caridade é tida como uma virtude.

Dar aos mendigos a roupa velha, que já não fica bem num cavaleiro de fino trato ou numa dama de nobre estirpe, eis uma fórmula magnífica para vestir elegantemente a miséria.

Obsequiar os famintos com as migalhas que sobram dos banquetes, eis a maneira mais benévola de alimentar a subnutrição.

Avanço de caranguejo

Em janeiro do ano passado, o sr. JK ofereceu uma solene recepção aos artistas e intelectuais, para comemorar o «esquife» e a abertura dos portos».

Alguns intelectuais perceberam que o presidente JK, que prometia fazer o Brasil avançar 50 anos, durante os seus 5 de governo, na realidade estava retrocedendo 150, fechando a República Popular da China e a União Soviética os portos que D. João VI abria, até para os piratas ingleses e os filibusteiros da América.

Fixa de consolação

E agora, um pensamento, que talvez seja do agrado dos maridos desavindos e dos passageiros infelizes desta cidade maravilhosa: Em mulher ordinária e porta de lotação, só batendo com o fígado...

PARA O LAVRADOR SEM TERRA A COLHEITA É SEMPRE AMARGA

SÃO PAULO — Marco — «Os trabalhadores da roça precisam de terra para plantar» — disse ao microfone uma mulher que participava da reunião do Conselho de Representantes da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. Dona Isaura Barros da Silva ali estava representando os lavradores de Presidente Prudente. Sua palavra não era fácil; sentia dificuldade em exprimir seus sentimentos. Mas as pessoas que a ouviam, ouvindo-a com atenção, eram homens de mãos calejadas pelo trabalho na terra; por isso sabiam compreender o valor das palavras da oradora. Eles tinham vindo de diversas cidades do Brasil. Eram membros do Conselho de Representantes da ULTAB, diretores de entidades agri-

O que foi a reunião do Conselho de Representantes da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil — Movimento nacional por medidas de reforma agrária — Apoio à luta contra a carestia — Convocada (para setembro) uma Conferência Nacional de Camponeses — Outras resoluções

Reportagem MOISÉS FORNER — Fotos de CÉLSON SILVA

vêrno, nosso trabalho não pode dar frutos. Durante a reunião foram feitas reclamações contra o não pagamento do salário mínimo aos assalariados agrícolas; contra os descon-

irmãos do campo, para que os mesmos possam vencer as dificuldades que encontram para se organizarem e lutarem por suas reivindicações. O sr. Frota Moreira apoiando as palavras do vereador

também para os operários que labutam nas cidades; é uma necessidade para os industriais, pois só assim haverá aumento de consumo no Brasil, permitindo a criação de maior número de in-

dias, o movimento interno da conferência;

2.) — O Conselho de Representantes da ULTAB após examinar a possibilidade de serem aprovadas no Congresso Nacional e nos legislativos estaduais e municipais, medidas de reforma agrária que favoreçam os lavradores e trabalhadores agrícolas, decide:

a) — É indispensável que se erie em todo o país um movimento de opinião pública em favor das medidas de reforma agrária;

b) — Todas as organizações filiadas à ULTAB nos Estados e Municípios devem participar ao lado das entidades políticas e sociais, das personalidades e representantes populares, de todas as iniciativas que visem discutir as questões referentes às medidas de reforma agrária nos projetos de leis agrárias apresentadas no Congresso Nacional e nos legislativos estaduais e municipais;

c) — Adedir ao movimento contra a carestia e participar das convenções de todas as associações filiadas à ULTAB;

d) — Protestar contra o massacre de estudantes e populares, praticado pela polícia de Goiânia, por ocasião da greve estudantil efetuada naquela cidade, contra o aumento das taxas escolares;

e) — Enviar telegramas à Frente Parlamentar Nacionalista, pedindo que estude um projeto de lei de reforma agrária e o apresente ao Parlamento, influindo para que o mesmo seja aprovado. Os telegramas devem ser enviados por todas as associações filiadas à ULTAB;

f) — Enviar moção ao presidente da República e ao Parlamento, solicitando que sejam estabelecidas relações comerciais com todos os países do mundo;

g) — Enviar telegrama de solidariedade ao povo boliviano por sua luta em defesa da soberania do país;

h) — Enviar telegrama de felicitações ao secretário do Trabalho do Rio de Janeiro, sr. Jonas Bahiense, pela sua atitude em defesa da reforma agrária;

i) — Que todas as entidades filiadas à ULTAB enviem telegramas, cartas e abaixo-assinados ao presidente da República, exigindo que o mesmo cumpra as promessas feitas aos lavradores e trabalhadores agrícolas, por ocasião da campanha eleitoral.

RECOMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA

O Conselho de Representantes da ULTAB decidiu também recompor a sua Comissão Executiva, que passou a ser constituída pelos srs. Pedro Renaux Duarte, presidente; José Ferreira do Espírito Santo, e Eduardo Reis, vice-presidentes; Lindolfo Silva, secretário geral e Francisco Diniz Lima, 2.º secretário.

RESOLUÇÕES

As resoluções, foram adotadas nas seguintes resoluções:

1.) — Convocar a Conferência da ULTAB, para os dias 18, 19 e 20 de setembro próximo. A comissão Executiva da entidade ficou encarregada de elaborar, num prazo de trinta



Membros do Conselho de Representantes da ULTAB e dirigentes de entidades camponesas de vários Estados acompanharam atentamente os debates, no esforço comum que representa a melhor garantia de vitória das resoluções por eles adotadas.

colas e portadores do respeito e da confiança dos seus companheiros de trabalho, nas fazendas que ficaram distantes. Reunidos no Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, nos dias 8 e 9 do corrente, eles agora ali estavam para debater as condições de vida e as necessidades de todos os que lavram a terra com sacrifício, sem colher o fruto do seu trabalho.

Dona Isaura, na tribuna, contou a triste situação de sua família, cujos direitos não são respeitados, nem possuem a proteção das leis. Ela é mãe de oito filhos, o maior de 15 anos. Sete deles ajudam o pai, na fazenda. «Meu marido — disse ela — trabalha de sol a sol, de ano a ano, mas não tem podido comer nem para o próprio sustento. Ele e meus filhos quase não se alimentam. Não há leite para as crianças — nem sempre existe café... Nosso esforço é grande, mas não dá resultado, a situação é cada vez pior; é preciso uma reforma, um pouco de terra para ver se melhora».

LEI DA TERRA E OUTRAS LEIS

Assim como Dona Isaura, todos os que usavam da palavra referiam-se às injustiças existentes no trabalho no campo.

Mas todos falavam também das lutas que os lavradores, assalariados agrícolas, colonos, camaradas, arrendatários, parceiros, sítiantes e posseiros, desenvolvem para defender os seus direitos, para conquistar novas leis que os favoreçam, principalmente aquela que possa permitir a todos o direito a um pedaço de terra.

«Mas não é apenas de terra que precisamos» — diziam. «Precisamos também de instrumentos e de crédito. Sem a assistência do go-

tos de aluguel e utilidades e por melhores preços nos trabalhos das colheitas; pela aplicação da legislação trabalhista ao campo; contra os aumentos abusivos e pelo estabelecimento de taxas justas nos contratos de arrendamento e parceria; pela extensão dos prazos de arrendamento e a aplicação da lei da inquilinato nos contratos de arrendamento; pela liberdade de plantio e de compra e venda dos produtos; pela garantia de preços mínimos compensadores nas fontes de produção; por medidas do governo contra os especuladores, monopolistas, especuladores e atravessadores dos produtos agrícolas; por ajuda técnica, financeira, por transportes e armazenamento para os produtores agrícolas; pela concessão de títulos de propriedade aos posseiros.

UNIÃO DE TODOS PELA EMANCIPAÇÃO NACIONAL

A reunião, que foi presidida, pelo sr. Pedro Renaux Duarte, vice-presidente em exercício da ULTAB, compareceram o sr. Frota Moreira, ex-deputado federal, o sr. João Louzada, vereador e diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, assim como, o presidente da referida entidade, sr. José Xavier dos Santos, e outros representantes do movimento sindical de São Paulo.

O vereador João Louzada, em seu discurso, salientou a importância da união dos trabalhadores do campo e da cidade, na luta por melhores condições de existência e pela emancipação econômica do Brasil, ao lado das demais forças progressistas. afirmou que a vitória dessa luta depende da união de todos. Lembrou que os dirigentes sindicais da cidade precisam ajudar os seus

João Louzada, demonstrou sua confiança na vitória do povo, pois este começa a conhecer os motivos de tanta miséria e exploração. Essa confiança, afirmou, ele a possui também por verificar o que se passa em outros países, que se libertam da exploração e da dominação estrangeira, podendo, assim, progredir e criar novas condições de vida para os seus povos. «A reforma agrária — afirmou — é uma necessidade não só para os trabalhadores do campo, mas

dústrias. Isto porque os lavradores, produzindo mais, terão também mais dinheiro, podendo, assim, comprar maior número de utilidades».

RESOLUÇÕES

As resoluções, foram adotadas nas seguintes resoluções:

1.) — Convocar a Conferência da ULTAB, para os dias 18, 19 e 20 de setembro próximo. A comissão Executiva da entidade ficou encarregada de elaborar, num prazo de trinta

Os professores secundários de todo o país estão dando aos seus alunos uma lição diferente, mas não menos importante: a lição da luta por melhores condições de vida. Evidentemente, depois de dois dias, o movimento se estendeu praticamente a todo o território nacional, destacando-se pelo número de participantes os Estados de São Paulo, Bahia, Pernambuco, Minas, Maranhão, Rio Grande do Sul, além do Estado do Rio de Janeiro. A conferência foi liderada a luta.

Porque a greve Quando o governo entrou em acordo com os estudantes para a conclusão da greve destes últimos contra os descolados aumentos das anuidades e taxas escolares, os diretores de estabelecimentos particulares, de ensino (cerca de 1.500 em todo o Brasil) denunciaram unilateralmente o acordo de aumento de salários firmado com os mestres. Rejeitando a proposta governamental de complementar com recursos públicos a diferença entre as quantias pagas pelos alunos e aquela alegada pelos colégios, alegaram estes últimos carecer de meios para cumprir o acordo. As razões dos donos de colégios se resumem em evitar, por todos os meios, uma fiscalização oficial (já que a subvenção do governo poderia implicar nisto) na vida econômica dos seus estabelecimentos. Tal atitude fez com que os professores secundários (São Paulo) passassem a sustentar que a sua luta tinha por fim fazer respeitar o princípio da autoridade, ao qual não se

querem subordinar os donos de colégios. SITUACAO DOS PROFESSORES Como trabalham e quanto percebem os seis mil professores secundários do Distrito Federal? Na maioria dos casos, a remuneração dos mestres é feita à base de horas de ensino ministradas e o pagamento destas oscila, conforme uma série de circunstâncias, entre 60 e 150 cruzeiros a hora. Desse modo, um professor que perceba à razão de 80 cruzeiros por hora de aula, terá que ensinar nada menos de oito horas por dia (num total de aproximadamente 192 por mês) para receber, no fim do mês, 19 mil cruzeiros! O número de horas de aula que indicamos acima é superior por numerosos professores, o que constitui um verdadeiro escândalo, se se tem semana (3 horas por dia). Em consequência, passam a faltar por exemplo, o número de aulas é limitado em 18 horas por em conta que em alguns países, como a União Soviética, o tempo e as energias necessários para a preparação das aulas, pesquisas, estudo de novos métodos pedagógicos, cuidados especiais com determinados alunos (os mais fortes e os mais fracos). O resultado é a crescente mercantilização do ensino, passando o prevalecer, inevitavelmente, as leis do comércio, ao invés das da pedagogia. E se no D.F. é assim, que não ocorre no resto do país? Por isso, ao reivindicar vencimentos menos baixos, os professores também estão defendendo a elevação do nível do ensino.



Em companhia de um dos seus oito filhos, dona Isaura Barros da Silva participou dos debates, relatando a situação de miséria em que vive sua família que mora e trabalha em uma fazenda em Presidente Prudente, no Estado de São Paulo.

PARTICIPANTES

Da reunião participaram representantes de associações e sindicatos de trabalhadores agrícolas de Pernambuco, Minas Gerais, Formosa (Goiás), Pereira Bar-

reto (S. Paulo), Bauru (S. P.), Aracatuba, Ribeirão Preto, Florida Paulista, Presidente Vargas, Estado do Rio, Presidente Prudente, Franca, Fernandópolis, Maragatu Espírito Santo, e Paraná.

Violência contra os tecelões em greve

Operários da Nova América foram espancados pela Polícia — Protestos

Causou justificada indignação entre os trabalhadores cariocas, a brutal agressão de que foram vítimas (segunda-feira, 16), os operários da fábrica têxtil «Nova América», em Del Castilho. Para fazer valer sua reivindicação de aumento de salários, uma comissão de operários e operárias dirigiu-se aos diretores da empresa à procura de um entendimento. A direção da fábrica chamou a polícia e, como sempre acontece nessas ocasiões, os policiais não demonstraram. Veio um choque da polícia militar, além dos indefectíveis «tiras» da polícia política, especialistas em espancamentos e torturas. A polícia invadiu o recinto da fábrica, e espancou a torto e a direito os operários e operárias, até menores, agredindo a socos, pontapés, borrachadas e mesmo disparando armas de fogo.

A GREVE

A greve atinge 1.200 trabalhadores da seção de tecelagem da «Nova América». Os operários reivindicam 23% de aumento nos salários. Argumentam que enquanto o salário mínimo foi elevado em 57,89%, no mesmo período os tecelões obtiveram apenas 40% de aumento. Outras fábricas já reajustaram o salário, mas a «Nova América» se recusa a fazê-lo. Além disso, como mostram os fatos de segunda-feira, os patrões lançam a polícia contra operários que defendem os seus direitos.

APOSENTADORIA

Governo não quer cumprir a Lei

Quando ainda se encontrava no Senado Federal o projeto da Lei Orgânica da Previdência Social e não se sabe o dia que sairá dali, com emendas, para voltar à Câmara dos Deputados, já se apresenta um novo projeto também sobre o mesmo problema. Desta vez é o sr. Carlos Lacerda que propõe a criação do Ministério da Previdência Social. Mais um projeto para atrapalhar, para dificultar o andamento do que se acha em trâmite no Senado, que recebeu emendas e sugestões dos trabalhadores. Enquanto isso, as aposentadorias ordinárias, aprovadas pelo Decreto n. 3.385-A, de 13 de maio do ano passado, não foram pagas ainda e, apesar de inúmeros processos enviados às direções das instituições, principalmente do IAPI, não tiveram andamento e nem solução.

No discurso do Ministro do Trabalho pronunciado no Senado Federal no dia 27 de janeiro, tornou-se mais evidente a ameaça de que não é fácil o cumprimento dessa lei. Diz o sr. Fernando Nóbrega que, se se aplicar o que determina o artigo 63, conjugado com os artigos 33 e 44 do Projeto de Lei Orgânica, somente o IAPI terá um aumento de despesas da ordem de 11,5 bilhões de cruzeiros.

Chega a dizer o ministro que o aumento das despesas das aposentadorias, auxílios e pensões, que decorreriam da aplicação dos artigos 33, 44 e 63, se expressaria, no conjunto das instituições de previdência social, por mais de 20 bilhões de cruzeiros, em seu primeiro ano de vigência.

Por aí se vê que o governo, através do ministro do Trabalho, procura justificar o não pagamento da aposentadoria ordinária. Devem pois, os trabalhadores intensificar sua vigilância e lutar para que não fique no papel uma das suas conquistas.

Mestres Dão Lição De Luta Pela Vida

GABRIEL PASSOS DENUNCIA:

DITADO PELOS TRUSTES O ACÔRDO DE ROBORÉ



Três conclusões principais resultam dos argumentos expostos pelo deputado Gabriel Passos na conferência que pronunciou, segunda-feira última, no Clube Naval, a respeito do Acôrdo de Roboré:

1º) As Notas Reversais, assinadas em 1938, pelo ministro Macedo Soares, não destituída de qualquer valor jurídico. Elas modificam substancialmente o Acôrdo de 1938, constituindo, portanto, outro tratado internacional, que não foi, entretanto, submetido à ratificação do Congresso, como exige expressamente a Consti-

tuição de 1946. As alterações mais importantes são as seguintes: a) diminuição em 60% da área boliviana destinada ao Brasil; b) entrega das concessões a empresas privadas de capital brasileiro, quando o Tratado de 1938 mencionava a formação de sociedades mistas brasileiro-bolivianas; c) a obrigatoriedade da compra pelo Brasil de 100 mil barris de óleo cru e 5 mil barris de produtos de petróleo, além da construção de oleodutos e gasodutos — obrigação que o Tratado de 1938 não estipulava. «As Notas Reversais — esclarece o deputado Gabriel

Passos — criam direito novo, constituindo um novo Tratado que, não sendo ratificado pelo Congresso, não podem ter vigência.

DITADO PELAS EMPRESAS AMERICANAS

2º) As Notas Reversais — o chamado Acôrdo de Roboré — satisfazem unicamente os interesses das empresas norte-americanas de petróleo. Isto porque: a) a parte mais rica em petróleo na antiga área brasileira passou para a área A. norte-

americana; b) a construção de oleodutos e gasodutos pelo Brasil tem por finalidade facilitar o escoamento do petróleo obtido na área A, pelos trustes lanques, que de outro modo teriam de procurar o Pacífico, através dos Andes, saída que seria muitíssimo mais onerosa para eles; c) a obrigação de durante 44 anos, adquirir na Bolívia 100 mil barris de óleo e 5 mil de derivados serve apenas para garantir a colocação de uma parte da produção americana, quando são as mais auspiciosas as perspectivas de produção da Petrobrás; d) os novos compromissos estabelecidos no Acôrdo de Roboré representam uma grave conspiração contra o fortalecimento e o êxito final da Petrobrás. «Foram as companhias norte-americanas, através de mr. Holland e outros agentes seus, que ditaram o Acôrdo de Roboré, afirmou o sr. Gabriel Passos. Esse Acôrdo serve apenas para o Brasil resolver dificuldades que não são suas, mas dos trustes de petróleo dos Estados Unidos».

reões do Brasil, o Acôrdo de Roboré, é necessário que a nação tome consciência do crime que se está praticando. Segundo o conferencista, é indispensável que o Congresso se pronuncie sobre tão importante problema de modo a defender, por todos os meios lícitos, os interesses nacionais. «O protesto contra o Acôrdo de Roboré — disse o orador — vem ganhando dia a dia em amplitude e vigor. Mas é necessário que ele seja um protesto de toda a nação. Não poderemos nos submeter a acôrdos desse tipo, que acorream o Brasil aos interesses das grandes companhias norte-americanas».

Em resposta a uma pergunta, o deputado Gabriel Passos esclareceu que a posição dos grandes jornais neste assunto é determinada pelos trustes lanques, através das grandes empresas de publicidade que, segundo ficou apurado por uma Comissão de Inquérito da Câmara distribuem as verbas de acôrdo com a maior ou menor docilidade dos jornais. O silêncio, em geral, da grande imprensa em torno da palestra do deputado Gabriel Passos vem, precisamente, confirmar a denúncia do conferencista do Clube Naval.

ESTIVADORES AFIRMAM:

AUMENTO PODE SER PAGO E AS TARIFAS REDUZIDAS

Estivadores de todo o país, agrupados sob a bandeira da Federação Nacional dos Estivadores, estão em plena campanha para conquistar aumento de salários, tomando como base os 57 por cento de aumento do salário mínimo do Distrito Federal. Para coordenar a luta, representantes de 21 dos 31 sindicatos da categoria profissional existentes no Brasil, acham-se em reunião permanente nesta Capital, na sede da Federação.

meus recebem, em conjunto, Cr\$ 4.107,60. Além dessa quantia, a entidade estivadora recebe, para a mesma operação, Cr\$ 5.914,80 que se destinam ao pagamento do repouso semanal, da contribuição para a previdência social e a outras despesas que não excedem de Cr\$ 2.421,00. O que passa disso — Cr\$ 3.493,00 — é totalmente embolsado pela entidade estivadora. Como a maioria de tais entidades não possui sequer escritório, não têm, igualmente, encargos com outros empregados.

O exemplo é válido para as cargas, em geral. Coisa semelhante ocorre com a taxa de 20 por cento, que os intermediários recebem sobre o preço total da operação para atender a despesas com a manutenção do material, compra de cordas, arame, etc. Eliminando-se os intermediários, sustentam os líderes sindicais, a economia realizada daria para aumentar os salários nas proporções reivindicadas e, ainda, baratear as taxas.

A Comissão de Marinha Mercante, porém, ignora deliberadamente tais possibilidades e responde aos trabalhadores, colocando-se no ponto-de-vista das entidades patronais.

No momento em que redigimos esta nota, prosseguem os entendimentos entre os líderes dos estivadores e o ministro do Trabalho, permanecendo marcada para o dia 19 a greve nacional que, por instâncias daquela autoridade, torna transferida do dia 13.

O PEDIDO E A RESPOSTA

O pedido de aumento de salários foi apresentado em janeiro último a Comissão de Marinha Mercante. Após dois meses de proleções, a CMM, respondeu negativamente, baseando-se em elementos fornecidos pelas entidades estivadoras (patronais). A alegação apresentada consistia em que para conceder o aumento pleiteado, de 57 por cento, seria necessária uma majoração de tarifas da ordem de 100 cruzeiros por tonelada.

Replicando às alegações das entidades estivadoras, os dirigentes dos trabalhadores elaboraram um documento, que enviaram às autoridades, onde provam que é possível um aumento de salários e, até mesmo, uma redução das tarifas, desde que tomadas medidas adequadas.

LUCROS QUE PODEM SER REDUZIDOS

Os estivadores dão um exemplo: na manipulação de 120 toneladas de arroz, 12 ho-

“Estudos Sociais” Nas livrarias e bancas de jornais N.º 3 - 4, com 192 páginas, Cr\$ 30,00

GENIVAL DIAS GARCIA Depois de prolongada enfermidade, faleceu nesta capital, a 14 de março, o militante operário Genival Dias Garcia, que deixa viúva e uma filha. O sepultamento do prezado companheiro no cemitério de Irajá, teve lugar a 15, falando então, em nome de Luis Carlos Prestes e dos comunistas, Simplicio Alencar.

LEIA E DIVULGUE «NOVOS RUMOS»

DISCUTIRÃO O PLANO DO GOVERNO Trabalhadores cariocas vão reunir-se esta semana Os trabalhadores do D. F. vão discutir, em ar pla reunião marcada para esta semana, os novos planos anunciados pelo governo para o combate à carestia da vida. Prosseguirão assim as atividades já iniciadas, com o apoio da CNTI, pelos dirigentes sindicais cariocas visando à campanha pela contenção dos preços.

TRABALHADORES DA LIGHT QUEREM AUMENTO DE SALÁRIO A vigência deverá ser a partir de 1º de maio próximo. A tabela acima já foi aprovada em assembleia pelos trabalhadores em energia elétrica e do gás do Distrito Federal, o mesmo devendo acontecer com os demais trabalhadores do grupo Light da Capital da República e dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

METALÚRGICOS REALIZARÃO CONFERÊNCIA MUNICIPAL (DF) Temário — Preparação II Congresso Nacional

Nos dias 20, 21 e 22 do corrente se realizará a 2ª Conferência Municipal dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Distrito Federal. Em participação nas representações eleitas por empresas da Capital da República e das extensões de base do Sindicato em Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis, São João de Meriti e Itaguaí, e também por Sindicatos co-irmãos do Estado do Rio.

O conclave terá a finalidade de discutir a situação dos trabalhadores e trabalhadoras nas empresas, sua organização e suas reivindicações, dar um balanço no texto da Carta de Reivindicações aprovada na 1ª Conferência e eleger os delegados ao II Congresso Nacional dos Metalúrgicos a ser realizado em São Paulo no próximo mês de abril. Do temário constarão os seguintes pontos: 1º — Melhoria das condições de vida e de trabalho; a) — Salários — Profissional, mínimo, família e móvel; b) — Observância e melhoria das leis que regulam o trabalho dos menores e das mulheres; c) — Observância e melhoria das leis trabalhistas, principalmente no que diz respeito, a: segurança e higiene do trabalho; insalubridade e regulamentação da respectiva taxa; d) — Participação nos lucros das empresas e gratificação anual; e) — Contenção, barateamento e estabilização do custo de vida. 2º — Previdência e Assistência Social; a) — seguro de desemprego; b) — Seguro de Acidentes do Trabalho, através das Instituições de Previdência Social. 3º — Defesa das Liberdades Democráticas e da Soberania Nacional. 4º — Defesa e Ampliação da

LUTAR, E' O DEVER DOS NACIONALISTAS

3º) Por ser ilegal e profundamente lesivo aos inte-

CARTAS DOS LEITORES MARLENE THURLER (Rio) — Saúda o aparecimento de NOVOS RUMOS e sugere a publicação de um reportagem sobre a situação dos ferroviários. Atenderemos à sugestão num de nossos próximos números. J. SANTOS PEREIRA (Rio) — Envia-nos recorte de um diário carioca sobre o aniversário da invasão nazista à Tchecoslováquia, sugerindo a sua reprodução. Lembramos que em seu terceiro número NOVOS RUMOS publicou matéria sobre o assunto. J. A. ALMEIDA (São Paulo) — Sua carta foi encaminhada ao redator de cinema, cuja resposta segue sob registro. JEROSINO PEREIRA (Fernandópolis - SP) — Agradecemos a remessa do memorial sobre a carestia de vida. Será publicado. LUIZ CARLOS MODESTO (Rio) — Gratos pelo artigo que nos enviou sobre o livro do sr. Paulo de Castro, "Terceira Força". Na edição anterior publicamos um artigo de nosso redator Rui Facó acerca desse livro. Achamos que seria muita mantença por tão pouco pôo dedicar ao sr. Paulo de Castro dois artigos em edições sucessivas. BENEDITO DAS NEVES E PEDRO CORDEIRO (Rio) — Os missivistas, diretores do semanário "O Chaveco", que circula entre os trabalhadores das oficinas de bondes em Triagem, saúdam o aparecimento de NOVOS RUMOS. Gratos. H. RIBEIRO (Marília - SP) — Transmite a satisfação dos patriotas de Marília pelo surgimento desse semanário e destaca a necessidade de publicação constante de matérias sobre as reivindicações dos trabalhadores, relacionando-as com as lutas nacionalistas. Anotamos as suas sugestões. ALFREDO TOMASCHIEWSKY (Indianópolis - SP) — Congratula-se com a direção e redação de NOVOS RUMOS pelo êxito de seu lançamento. Faz uma crítica pela publicação da matéria "Manifestações de Sectarismo" (2º número) por considerar que os problemas da organização de vanguarda do proletariado não devem ser discutidos publicamente. Não estamos de acôrdo com esta opinião. Achamos, ao contrário, que é este o processo normal e o único verdadeiro (a crítica e a autocritica) para a correção dos erros.

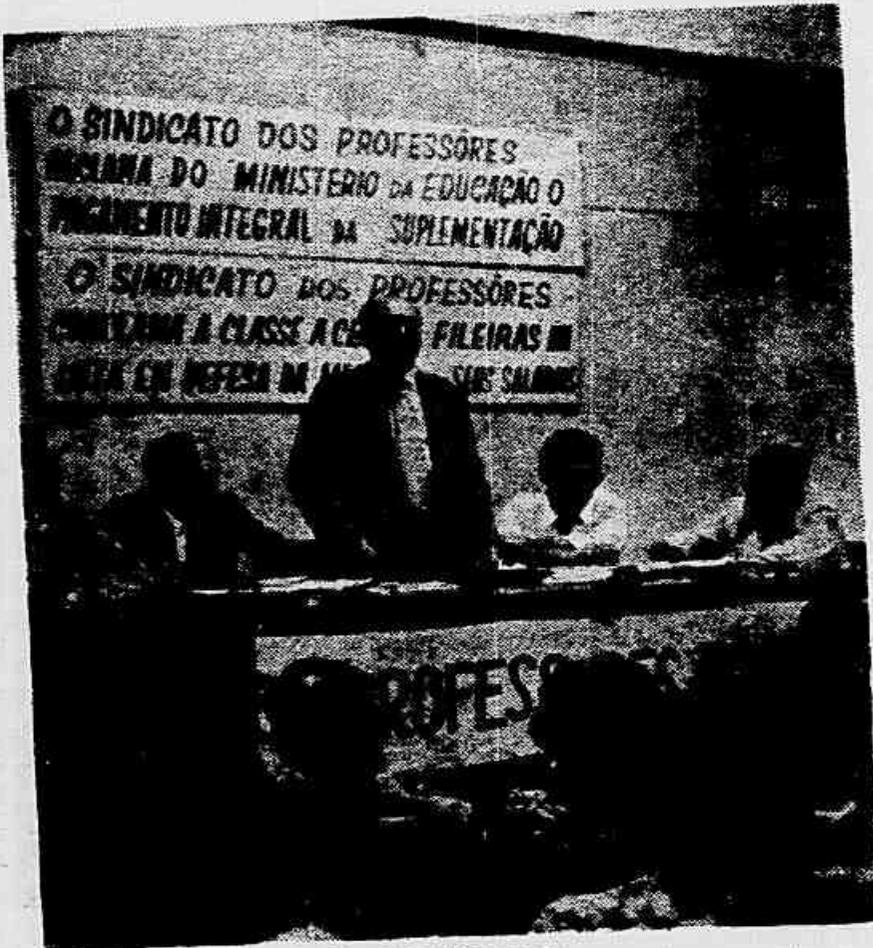
CARTA DO SERTÃO ZÉ PRAXEDI — o poeta vaqueiro Juazêro de meu Padrin, Quatorze do mês corrente. Cumpade Mané Nastaço: Mais u'a carta li faço Falando de nossa gente Prantemo, na terra sêca, As simente qui nós tinha. Nos miado de janêro Cairo duas chuvinhas. Fazia gôsto se vê Coma naceu às prantina. Eu, a miúê, os minino, Saia dimadruzada, Adispôs dum cafezin, Cada quô cum sua inxada, Pra trabaiá no roçado. Se via, munto animado. A fartura calculada. Mas, no mês de feverêro, O mio do tabulêro Cumeçô a amarelá. A lairata, meu cumpade, Cumendo sam s'importá Cum a nossa nicissidade Cumaro mais da metade, Num se pode reprantá. Se foi a nossa isperança! Já avisei prus meus fio Qui num vô ficá aqui. Ante do fim desse abri Vamos simbora pru Rio. Essa sumana passada, O cabôco Zé Vicente Deu a nós u'a nutica Qu'intê me dexô contente: Qui tem um minêra rico No sertão comprando gente. Achei barato, cumpade, O preço dum brasileiro: Sendo bom trabaiadô, Respeitadô e ligêro, Num tanto munto duente, Vale, miseravelmente, Apenas, dois mi cruzêro! Sendo feme vale mais. Vô pensá coma se faz Cum pessuá qui nós temo. Se é de marrê de fome Barato mermo vendemo. Nós, aqui do Ciará, Inquanto num vamos lá Num sabe pra que nacemo. O papê tá munto caro, Purisso cheguei ao fim. Abencô teu afiado. O teu cumpade istimado. Chico Nobe Serafim.

APOIO INTEGRAL DA UNE AO VII FESTIVAL DA JUVENTUDE

Resposta da entidade universitária brasileira a falsas acusações da União de Estudantes Austríacos

numa publicação ser ele "pretensio secretário da União Nacional dos Estudantes, cuja capacidade de porta-voz foi logo posta em dúvida..." A UNE RESPONDE Ao tomar conhecimento do ataque de que foi alvo, a UNE dirigiu à organização estudantil austríaca (que representa apenas um setor dos estudantes austríacos) assinada por seu representante Raimundo Eirado uma carta na qual diz entre outras coisas: "Queremos esclarecer que o sr. Manuel Bento Sobrinho esteve na Comissão Preparatória do Festival na qualidade de secretário-geral da UNE, cargo que desempenhava então. Não era, como dizem vocês, um pretensio secretário, mas o secretário eleito pelo voto de 700 universitários, representando todos os centros de ensino superior do país. Na realidade, o sr. Sobrinho teve de deixar Viena, não porque fosse posta em dúvida sua capacidade de re-

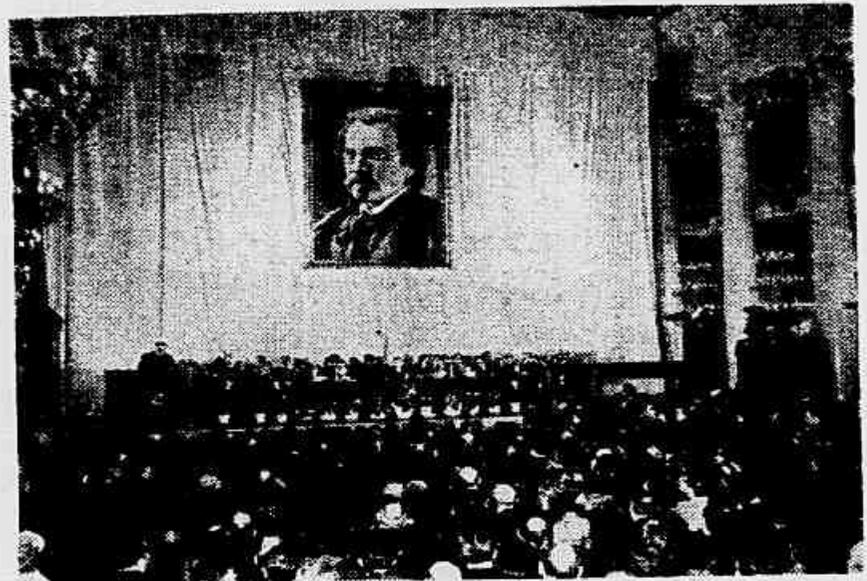
NOVOS RUMOS SEMANA EM FOTOS



A CRISE DO ENSINO E' mais uma crise, reflexo da econômica e financeira em que mergulhamos. Além do número alarmante de analfabetos e dos milhões de jovens que não podem estudar, os próprios alunos e professores enfrentam sérias dificuldades. A greve dos professores, que se seguiu à dos estudantes, é mais uma evidência da situação difícil em que se encontra o ensino no Brasil. Reportagem na 10ª página



GREVE DOS MOTORISTAS O setor da classe operária exige aumento de salários, ante o incontável aumento do custo da vida. Os motoristas haviam se resolvido pela parêde para o dia 13 de março. Em assembléia no dia anterior, resolveram adiá-la para 23. Dão assim um prazo mais largo para a decisão. Na foto momento da assembléia



SHOLOM-ALEICHEM A 2 de março, data do centenário do nascimento do Sholom-Aleichen, realizou-se, na Sala das Colunas da Casa Central dos Sindicatos Soviéticos, uma solenidade em homenagem ao notável escritor judeu. A afluência foi grande, como se pode ver por esta foto da Agência Tass



O IPASE TOMOU A CASA Dona Alzira Pereira foi despejada pelo IPASE da casa que seu marido havia comprado sob financiamento. Na sua luta, tem o apoio da Associação das Pensionistas do Serviço Público, de que é presidente dona Maria Marques de Oliveira (na foto conversando com dona Alzira e três de seus filhos). Leia, na quinta página, a história de José Alexandre Pereira, que trabalhou 28 anos nos Correios, morreu tuberculoso, e até depois de

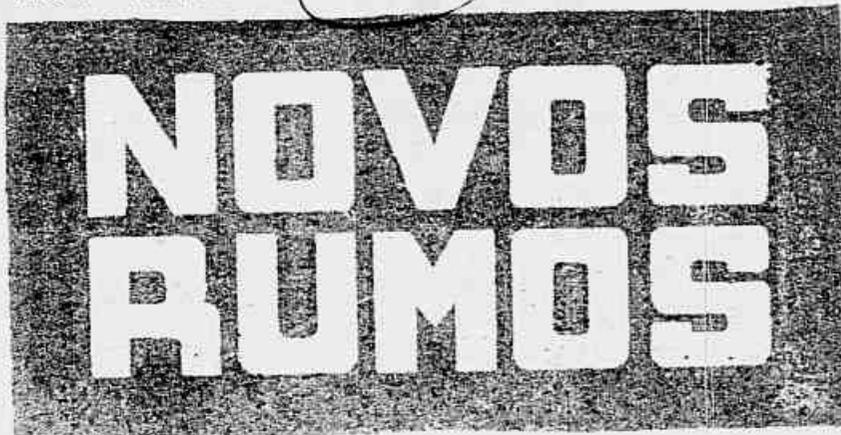
Marechal Lott:

3 MAY 27
COPY 1960

ESTANGAR A SANGRIA DA REMESSA DE LUCROS

ANO I — RIO, SEMANA DE 20 A 26 DE MARÇO DE 1959 — Nº 4

Afirmou o ministro da Guerra que são altos os rendimentos do capital estrangeiro, devendo ser limitada a transferência dos lucros — Abordados também os problemas da Petrobrás, indústria petroquímica e carestia — Na primeira página



REDAÇÃO: AV. RIO BRANCO, 257 — SALA 1712

A OPELO E A SITUAÇÃO DO NORDESTE

(Artigo de ANIBAL BONAVIDES na 4.ª página)



Fome, avitaminose, infância largada pelas trilhas da macambira e do "xique-xique" estes são as características da imensa área do nordeste

**KASSEM
VENCE
NASSER**

(TEXTO NA 2.ª PÁGINA)

**30 DIAS DE
EXPERIÊNCIA
PARA O
PLANO DE JK**

(NA 5.ª PÁGINA)

